CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 | 10 | 2017	15h04min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 99ª (NONAGÉSIMA NONA) SESSÃO ORDINÁRIA,

DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está aberta a sessão ordinária de terça-feira, 31 de outubro de 2017, às 15h05min.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Cláudio Abrantes a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O Expediente lido vai à publicação.

Eu quero fazer uma ratificação. Quando da aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 298, de 2017, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que concede o título de Cidadã Honorária de Brasília à Professora Sara Walker, na sessão ordinária de 24 de outubro, ele não teve aprovação da Comissão de Constituição e Justiça. Tendo em vista a aprovação do projeto hoje na reunião da CCJ, ratifico sua aprovação em turno único com 13 votos favoráveis, 2 abstenções e 9 ausências, bem como a sua redação final.

Não existindo *quorum* para o início dos trabalhos, declaro suspensa a sessão por trinta minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h09min, a sessão é reaberta às 15h23min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Há número regimental.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	**Horário Início**	**Sessão/Reunião**	**Página**
31 | 10 | 2017	15h04min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Declaro aberta a reunião da Comissão Especial em Defesa dos Direitos da Pessoa com Epilepsia.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Eu gostaria de convidar para fazer parte da Mesa a Deputada Celina Leão, suplente da Comissão Especial em Defesa dos Direitos da Pessoa com Epilepsia, e o Deputado Prof. Reginaldo Veras, titular da Comissão, para fazermos a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão Especial de Defesa dos Direitos da Pessoa com Epilepsia.

Instalação da Comissão Especial de Defesa dos Direitos da Pessoa com Epilepsia, publicada no Diário da Câmara Legislativa de 5 de outubro de 2017, em atendimento ao previsto no art. 210 e observados os arts. 59, 60 e 61, todos do Regimento Interno desta Casa.

Declaro, portanto, aberta a reunião extraordinária da Comissão Especial de Defesa dos Direitos da Pessoa com Epilepsia, para eleição do seu Presidente e Vice-Presidente.

Informo que neste momento está aberto o prazo de dez minutos para o registro, na Mesa, das candidaturas aos cargos de Presidente e Vice-Presidente.

Como só existe uma chapa inscrita, pergunto aos demais membros se podemos abreviar o tempo que está previsto no Regimento Interno e já fazer a leitura da chapa e a votação.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – De acordo, Sr. Presidente.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, é chapa única?

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Sim.

DEPUTADA CELINA LEÃO – De acordo, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Foram registradas as seguintes candidaturas: para Presidente, o Deputado Delmasso; para Vice-Presidente, o Deputado Wasny de Roure.

O Deputado chamado deverá declinar o nome do Deputado.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Como vota o Deputado Delmasso?

DEPUTADO DELMASSO – Para Presidente, o Deputado Delmasso; para Vice-Presidente, o Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Como vota o Deputado Prof. Reginaldo Veras?

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Para Presidente, o Deputado Delmasso; para Vice-Presidente, o Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Para Presidente, o Deputado Delmasso; para Vice-Presidente, o Deputado Wasny de Roure.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Encerrada a votação, declaro eleitos o Deputado Delmasso, para Presidente da Comissão Especial, com 3 votos favoráveis, e o Deputado Wasny de Roure, para Vice-Presidente da referida Comissão, com 3 votos favoráveis. Houve 2 ausências.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião extraordinária.

(Levanta-se a reunião às 15h23min.)

(Suspensa às 15h09min, a sessão é reaberta às 15h23min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está reaberta a sessão.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, há vários dias, protocolei a criação da Comissão Especial do Transporte. Eu sou indicação do meu bloco e também proponente da criação dessa comissão e candidata à sua Presidência. Pergunto a V.Exa., se não houver objeção, se poderíamos fazer essa eleição hoje ou na próxima terça-feira.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputada Celina Leão, eu gostaria de deixar isso para a próxima terça-feira. Inclusive, conversamos e debatemos sobre a criação não só de uma comissão especial, mas de uma comissão permanente de transporte nesta Casa, já entendendo que é um assunto de extrema relevância para a cidade e que vários Deputados trabalham nessa parte. Que possamos discutir e quem sabe dar um encaminhamento no sentido da criação da Comissão Especial, já com indicação da criação de uma comissão permanente.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Ótimo, Sr. Presidente. Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputada Celina Leão.

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (PODEMOS. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, membros da imprensa, demais assessores, quero aqui saudar todos os gestores, professores e servidores da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	**Horário Início**	**Sessão/Reunião**	**Página**
31 | 10 | 2017	15h04min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Assumi o compromisso, como Líder do PODEMOS, de votarmos hoje o projeto de lei que regulamenta, Deputado Prof. Reginaldo Veras, o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira – PDAF, para que os gestores possam ter tranquilidade na execução orçamentária não só dessas emendas, mas também dos recursos que são destinados ao PDAF.

Bem, hoje eu venho à tribuna, Sr. Presidente, primeiro para agradecer a V.Exa. a presteza de realizarmos a eleição dos membros da Comissão Especial em Defesa dos Direitos da Pessoa com Epilepsia, que terá como objetivo acompanhar todos os processos de compra de medicamentos e atendimento das pessoas com epilepsia no Distrito Federal.

Nós aprovamos, nesta Casa, um projeto de lei que obriga o Distrito Federal a fazer a compra do canabidiol e entregá-lo aos pacientes. Quero aqui informar que a Secretaria de Saúde está demorando, Deputado Joe Valle, sessenta dias para fazer a compra de um medicamento que é essencial para a contenção de crise das pessoas com epilepsia.

Então, a comissão especial vai trabalhar junto à Secretaria de Saúde para abreviar esse prazo, porque uma criança, um adolescente ou um paciente não pode esperar 60 dias para um medicamento chegar até sua casa e, durante esse período, ficar à mercê das crises convulsivas.

Também venho à tribuna dizer que hoje é uma data muito especial para o Cristianismo. Estamos comemorando hoje os 500 anos da Reforma Protestante. No dia 31 de outubro de 1517, Martinho Lutero fixou nas portas da igreja de Wittenberg, na Alemanha, as 95 teses contra a venda de indulgências. Essa data marca o início da Reforma Protestante e um novo momento na história da humanidade. Nenhum aspecto da vida humana ficou intacto, pois abrangeu transformações políticas, econômicas, religiosas, morais, filosóficas e literárias nas instituições. Foi, de fato, uma revolta e uma reconstrução do norte, afirma o escritor Eby Frederick.

Na educação, os impactos da Reforma Protestante foram determinantes. Na Idade Média, a igreja era a única responsável pela organização e manutenção da educação escolar. A partir do século XVI, surgiram as nações-estados, que se opuseram ao poderio universal do Papa, e formou-se a classe média. O historiador da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista, Rev. José Carlos de Souza, explica que a atividade pública e as próprias igrejas, entre muitos outros setores, possuíam demandas que requeriam cuidadoso reparo. Toda mudança social traz novos desafios.

Aqui, Sr. Presidente, quero deixar claro que a instituição do Estado laico, que a teoria do Estado laico, que o princípio do Estado laico, Deputado Prof. Reginaldo Veras, nasceu com a Reforma Protestante, em 1517, no qual Martinho Lutero rechaçava a mistura da igreja com o Estado e com a execução do poder, colocando ainda mais a teoria da democracia como um dos principais instrumentos para a realização das escolhas dos seus representantes.

Martinho Lutero também estimula a criação de escolas para toda a população. Houve forte ênfase ao ensino, para suprir as demandas da recém-chegada sociedade moderna, com dimensões geográficas, políticas, econômicas, intelectuais e religiosas em transformação. A contribuição da Reforma no contexto educacional é tamanha, que, de acordo com o educador espanhol Lorenzo Luzuriaga, a educação pública teve origem com base na Reforma Protestante. O movimento já estimulava a educação pública, universal e gratuita, para quem não poderia custeá-la.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Delmasso, eu acabo de chegar de uma sessão solene na Câmara dos Deputados, onde foi exatamente este o tema – Os 500 Anos da Reforma. É muito interessante, porque a Reforma não foi apenas uma ruptura, que não era o desejo de Lutero. Lutero era um monge agostiniano que queria permanecer como um monge agostiniano no seio da igreja, mas ele queria o retorno às escrituras. As chamadas *95 Teses* das quais se destaca a ênfase na graça que é o grande centro da novidade do Novo Testamento, e uma das prédicas mais evidentes na mensagem de Jesus Cristo como também dos seus apóstolos.

Mas, Deputado Joe Valle, do ponto de vista do pensamento contemporâneo, a grande contribuição da Reforma naquele momento não foi só uma nova leitura da fé, mas foi dar à língua alemã e ao povo alemão uma esperança de unidade. Ele traduz a Bíblia para o alemão popular e permite, portanto, o acesso da população a ela. Claro, a população que lia naquela ocasião não era toda, o nível de analfabetismo era muito alto, mas ele tornou-a acessível à grande massa do povo alemão. E, consequentemente, o alemão torna-se uma língua difícil, mas uma língua já consolidada, que, concomitantemente com Gutenberg, que também era alemão... A impressão tinha surgido na Alemanha, coincidentemente nas proximidades da região onde emerge a Reforma. E então veio a tradução das Escrituras para o alemão popular, como também a popularização da impressão das Escrituras dentro da Alemanha.

Isso torna a Alemanha um país mais robusto e que veio ao longo dos anos subsequentes firmando uma cultura. E a grande característica para o povo alemão foi a identidade deles e a construção da nação onde as Escrituras têm um papel muito importante, porque era um conjunto de principados. Todo mundo sabe e conhece a história de Lutero, o que foi Wittenberg, o Castelo de Wittenberg, que foi o castelo onde ele se protegeu com Frederico da Saxônia, e uma série de outros detalhes.

Eu quero cumprimentar o meu amigo Deputado Delmasso por essa lúcida palavra que ele traz rememorando uma das marcas da Reforma com Lutero, que deu identidade. O importante é que Lutero deu identidade à Reforma, porque antes dele houve uma série de pré-reformadores como Savonarola, John Wycliffe, John Huss, uma série de outras figuras que foram construindo a identidade com base nas Escrituras. E isso deu ao Protestantismo uma identidade que cresceu muito

rapidamente ao ponto de a Igreja Católica criar a Contrarreforma para poder evitar o mais rápido crescimento da igreja naquela ocasião.

Parabéns, Deputado Delmasso.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Primeiro eu queria parabenizar V.Exa., como Presidente da Frente Parlamentar Evangélica, por estar trazendo este tema. Hoje, inclusive, foi discutida a possibilidade de nós fazemos uma sessão aqui, na Câmara Legislativa, e acredito que com o apoio dos 24 Deputados, independentemente de quem professe a mesma fé que nós.

Mas eu queria trazer aqui uma reflexão importante, Deputado Wasny de Roure, que aconteceu na época da Reforma e que nós precisamos talvez fazê-la nos tempos atuais.

O que foi a Reforma Protestante? Foi uma revolta de uma ingerência, realmente, de um grande poder que a igreja tinha no comando e com erros de papeis. Talvez seja isso que nós precisemos refletir em nossa sociedade agora, porque nós estamos vivendo em uma sociedade em que, quando temos uma religião – seja ela qual for, Deputado Wasny de Roure – que seja cristã, é praticamente como se nós fôssemos leprosos. Seja católico, seja evangélico, é como se nós não pudéssemos aqui defender a família. É como se nós não pudéssemos falar sobre isso, como se isso fosse errado.

Talvez nós precisássemos viver uma nova reforma em que pudéssemos falar, porque, como V.Exa. disse muito bem – inclusive algumas pessoas usam este jargão: o Estado é laico –, o Estado é laico, mas ele não é ateu, Deputado. E a gente conseguiu naquela época separar algo que é importante: um Estado laico da igreja porque a própria Igreja Católica era quem julgava. O Judiciário era a Igreja Católica, ela julgava.

Então hoje nós temos os papéis, mas nós estamos vivendo uma grande perseguição aos cristãos, Deputado Wasny de Roure e Deputado Delmasso, por isso é importante talvez os Parlamentos... Eu ouvi isto sendo trazido à mídia de uma forma positiva: talvez a grande resposta da população brasileira tenha sido o WhatsApp, que tem defendido a família.

Trazer um tema como este, os 500 anos da Reforma Protestante, traz-nos algumas reflexões. Nós temos lições que precisam ser aprendidas e que foram aprendidas.

O Estado tem que ser realmente laico para não cometer injustiças, porque o ser humano é livre para acreditar naquilo que quer e no que não quer, mas nós estamos vivendo, Deputado Delmasso, uma perseguição aos cristãos. No Distrito Federal, não tem sido diferente, V.Exa. sabe disso.

Então quero parabenizá-lo por trazer esse tema, por chamar-nos a essa reflexão a respeito da Reforma Protestante, do que aqueles homens falavam àquela época e do que precisa ser refletido no momento atual em que nós vivemos.

Ninguém quer invadir a religião, o entendimento, o ateísmo, se é ou se não é de ninguém, mas é preciso respeitar aquelas pessoas que têm uma fé, que acreditam em algo. E o que a gente vive hoje, Deputado Wasny de Roure, é algo tão esquisito. Então eu só queria aproveitar essa fala de V.Exa. e trazer essa reflexão também.

DEPUTADO DELMASSO – Agradeço os apartes da Deputada Celina Leão e do Deputado Wasny de Roure e os incorporo ao meu pronunciamento.

Para encerrar minha fala, eu só queria, mais uma vez, reafirmar, Deputada Celina Leão e Deputado Wasny de Roure, que o princípio do Estado laico nasceu com a Reforma Protestante. Nasceu com as 95 teses que foram apostadas na Capela Sistina.

Por que eu falo isso? Porque se coloca, muitas vezes, que o Estado deve ser surdo à participação religiosa no processo político, mas isso não é verdade. O Estado laico não pode beneficiar nenhuma religião, mas as religiões, por serem formadoras também da sociedade, participam em todos os processos.

Para encerrar, eu queria, principalmente, dedicar uma frase aos educadores que estão aqui, aos professores, aos servidores da Secretaria de Estado de Educação que estão esperando ansiosamente a votação do PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira, é uma frase que foi dita pelos reformadores: "A educação pública, isto é, a educação criada, organizada e mantida pelas autoridades oficiais, começa, no início, na Reforma Protestante".

Martinho Lutero escreveu uma carta, Deputado Prof. Reginaldo Veras, direcionada aos conselhos de todas as cidades da Alemanha, em 1524, que defendia a instalação da escola pública gratuita de qualidade.

Aqui eu quero deixar que os primeiros movimentos de universidades no País começaram com algumas igrejas, como as presbiterianas – hoje nós temos um exemplo, como a Universidade Mackenzie –, as luteranas e as batistas.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Deputado Delmasso, quero parabenizá-lo pelo discurso. Quero parabenizar também a brilhante contribuição do Deputado Wasny de Roure, que foi buscar nos primórdios da Reforma Protestante...

Claro que eu não posso deixar de fazer uma referência: no próximo final de semana nós teremos o Enem, e a Reforma Protestante é um dos temas mais corriqueiros na prova do Enem. Em virtude dessa data tão importante, certamente, estará lá.

Além desse recado, V.Exa., que é um homem sempre muito lúcido nos seus discursos e resgata aqui princípios da Reforma Protestante, é bom a gente lembrar que muitas igrejas neopentecostais contemporâneas fogem dos princípios da Reforma Protestante. V.Exa. que é um homem que tem muita voz nesse meio podia resgatar esses princípios junto a algumas dessas igrejas.

É uma crítica, uma crítica construtiva, os segmentos sempre podem se adequar aos princípios originais.

Eu nem religioso sou, mas, como bom historiador, tinha que fazer essa referência aqui.

Obrigado, Deputado, parabéns pelo discurso.

DEPUTADO DELMASSO – Para encerrar, Sr. Presidente, quero aqui deixar claro que, há 500 anos nasceu o movimento que democratizou, que instalou o humanismo, não só no País, mas no mundo todo e, acima de tudo, que defendeu e que defende a educação pública, gratuita e de qualidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Delmasso.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia pela Liderança de Governo.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente, antes de entrar no meu pronunciamento, quero dizer que, conforme ficou acordado no Conselho de Líderes, hoje votaremos o segundo turno do PDAF e também votaremos o projeto de captação de recursos, principalmente para os dois canais – do Rodeador em Brazlândia e o do Santos Dumont em Planaltina – conforme acordado na reunião de Líderes. Então, votaremos esses dois projetos do governo e os demais projetos de autoria dos deputados, já acordados.

Eu gostaria, inicialmente, de parabenizar o governo pela recente nomeação de 39 servidores para a carreira de Atividades de Defesa do Consumidor do Procon. Será, Sr. Presidente, um importante reforço para um quadro já bastante diminuído de servidores, atualmente com 61 pessoas, Deputado Prof. Reginaldo Veras. Hoje quero defender aqui uma proposta de projeto de lei para alterar a carreira do Procon e equiparar as remunerações desses servidores aos demais salários pagos pelo Governo do Distrito Federal.

Destaco a todos presentes que a carreira do Procon, desde sua criação, em 2010, nunca teve sua remuneração atualizada. Hoje é a única carreira do Governo do Distrito Federal sem reajuste salarial entre 2010 e 2016. Acrescento ainda o fato de a indenização de transporte dos fiscais do Procon ser a menor dentre todas as carreiras do Distrito Federal.

Esta minha preocupação não é de agora. Já havia recebido o pessoal do Procon desde o ano passado, e, naquela oportunidade, tentamos encaminhar a alteração na

carreira. Entretanto, as despesas com pessoal, acima do limite prudencial, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, impediram o andamento da proposta. Com a mudança de cenário, no mês passado, em que o GDF passou a cumprir o limite legal imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal, volto a esta importante questão.

A proposta agora apresentada possui percentual de reajuste de cerca de 33%, que seria concedido como reparação ao longo de sete anos de defasagem. Nas recentes reestruturações de carreiras, o GDF concedeu atualização salarial de 10 a 80%. Ou seja, o reajuste pleiteado pelos colegas do Procon possui percentual inferior ao já praticado em outras oportunidades.

Com as novas nomeações, a expectativa é a de que o quadro do Procon chegue a um total de 85 servidores. Assim, considerando esses números, ressalto que o impacto financeiro-orçamentário será ínfimo aos cofres públicos se comparado com as demais carreiras do Governo do Distrito Federal. Ao longo de três anos, o total dos reajustes somará, em média, apenas 7 milhões de reais.

Saliento, senhoras e senhores Deputados, que o impacto é mínimo se comparado à importância do Procon no mercado econômico do Distrito Federal. Anualmente, são atendidos 200 mil consumidores nas diversas regiões do DF, o que, no entanto, não representa a real efetividade do instituto. Basta imaginar que, em cada relação organizada entre consumidor e fornecedor, existe uma parte do Procon atuando, seja diretamente mediando potencial conflito, seja indiretamente por meio de política educacional e práticas fiscalizatórias.

Estruturar o órgão de defesa do consumidor significa alterar a qualidade do mercado, agindo diretamente na ordem econômica, financeira e social do DF. Investir na estrutura do Procon é investir na boa conduta do fornecedor, ajudando a incrementar o consumo.

Além disso, àqueles fornecedores que descumprem as boas práticas de mercado são impostas pesadas multas sancionatórias pelos fiscais do Procon, arrecadadas para o Fundo de Defesa dos Direitos do Consumidor. Este fundo, atualmente com R$ 43 milhões de reais, vem abastecendo o caixa do GDF, notadamente para o pagamento de salários de servidores. Ano a ano, sobretudo e principalmente com a nomeação dos servidores da carreira, esse fundo vem aumentando sua arrecadação, na casa de R$ 7 milhões em 2015, e de R$ 8 milhões em 2016.

Ora, enquanto se discute um impacto, melhor seria falar em investimento, de 220 mil reais ao mês no quadro de servidores do Procon, o fundo arrecadou em média, só em multas diretamente pagas, R$ 490 mil reais ao mês, no primeiro semestre de 2016, sem considerar as multas que são arrecadadas por meio de execuções fiscais promovidas pela Procuradoria do DF.

Ressalto aqui, mais uma vez, que somente com a valorização da carreira do Procon é que conseguiremos manter os servidores que ainda estão no instituto – atualmente apenas 61 – mesmo após nomeados mais de 150 servidores. O DF

necessita de um Procon estruturado e forte, que possa atender da melhor maneira a população, fiscalizando e aplicando multas aos que desrespeitarem o consumidor do Distrito Federal. Obrigado!

Era o que tinha a falar, Sr. Presidente.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão do orador.) – Deputado, primeiro queria parabenizar V.Exa. por trazer esse tema aqui do Procon. Tenho certeza de que, assim que tivermos 13 Deputados, iniciaremos a apreciação do projeto sobre o PDAF, e aí quero cumprimentar aqui também os servidores da Educação. O meu voto é favorável a essa matéria.

Mas queria fazer uma observação muito importante sobre essa questão do Procon. V.Exa. foi muito feliz e, como Líder do Governo, tem um prestígio muito grande para trazer esse tema ao plenário. Tive a honra de trabalhar no Procon, foi meu primeiro emprego aqui em Brasília, trabalhei no Procon. Esse órgão presta um serviço à comunidade, que muitas vezes, a população não consegue enxergar. À época em que trabalhei no Procon, tínhamos uma diretora muito firme, a Dra. Dagmar. Ela fechava supermercado, ela fazia a diferença.

O que a gente percebe, Deputado, é que, quando a gente não tem uma carreira efetiva num órgão como esse, perde-se o serviço. Então, trocavam-se os gestores, e aí o serviço, que é um serviço de continuidade, de prestação ao cidadão, ficava retido. E nós sabemos inclusive que foi fruto de uma improbidade do Governador a falta da nomeação dos servidores do Procon. É muito importante V.Exa. trazer esse tema aqui, esse servidor tem que ser bem remunerado porque atende o cidadão, ele tem uma defasagem na própria carreira pública do Estado.

Eu fico muito feliz, Deputado, porque V.Exa. é Líder do Governo, mas tem esse entendimento de que, mesmo com a dificuldade que o Governo diz passar, traz esse tema aqui.

Eu não posso deixar de aproveitar a oportunidade, principalmente porque estamos com educadores aqui. V.Exa. faz essa defesa que é necessária ser feita e eu, como servidora, já trabalhei lá, tenho muito orgulho de falar que fiz minha entrega de monografia à época, foi o funcionamento, eu consegui fazer todo o regimento interno na época do Procon, isso foi em 2000, V.Exa. imagina. Então, tenho muito orgulho.

Sejam muito bem-vindos à Câmara Legislativa.

Deputado Agaciel Maia, eu queria aproveitar esta fala, como estamos falando dos servidores, para fazer um apelo a V.Exa. O Governador Rollemberg soltou um detalhamento da folha. Ele excetuou a Saúde e a Educação desse adiantamento da folha de pagamento que vai acontecer agora em dezembro.

Então, eu creio que é o momento em que não podemos ter esse tipo de tratamento diferenciado para algumas carreiras e para outras não. Então, aproveito, Deputado Agaciel Maia, e faço esse pedido também para que o Governo faça uma programação incluindo também os servidores da Saúde e da Educação.

No mais, boa sorte. Muito obrigada.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Eu agradeço o aparte da nobre Deputada Celina Leão e o incorporo ao meu pronunciamento.

Eu quero esclarecer que, depois de o GDF sair do Limite de Responsabilidade Fiscal, apenas três categorias foram logo de cara chamadas e contempladas e o Procon estava entre as três. Portanto, há uma mudança de visão sobre o órgão que, desde 2010, está sem sequer ter um único reajuste, parecendo uma política de esvaziamento, mas que, agora, vai ser o contrário.

No que diz respeito ao cronograma, Deputada Celina Leão, é porque apenas parte do salário da Educação e parte do salário da Saúde são pagos com a Fonte 100. A maioria, apenas o transbordo, o que o Fundo Constitucional no duodécimo não paga, é completado com a Fonte 100.

Então, o Governo não poderia estabelecer a data porque é só uma fração do pagamento da Saúde e da Educação que são feitos com a Fonte 100. Então, ele não tinha o poder de estabelecer a data porque esta obedece exatamente a vinda de recursos do Fundo Constitucional. Portanto, foi esse o impedimento de o Governo também de antecipar para o dia 3, porque o objetivo seria pagar dentro do próprio mês.

Em decorrência, a Procuradoria disse, Deputado Joe Valle, que, se conseguíssemos pagar o salário dentro do próprio mês, acumularia para efeito de imposto de renda, somaria o pagamento do dia 1º, e, se saísse o pagamento no dia 29, a tabela do imposto de renda somaria os dois e vários servidores mudariam de faixa de imposto de renda o que estabeleceu o Governo o pagamento logo para os primeiros dias do mês seguinte. Será agora no dia 3, mas o objetivo maior é se o dia primeiro cair no dia útil, ser pago logo imediatamente na virada do mês para não acumular o imposto de renda.

Era isso o que eu tinha para falar, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pessoal da Educação presente e aflito para que seja votado o PDAF, pessoal do Procon também com quem quero me solidarizar e dizer que estamos juntos, vou ser breve para a gente andar mais rápido e entrar na pauta de votação do PDAF que é importante.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 | 10 | 2017	15h04min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Eu não poderia deixar de trazer hoje a esta tribuna, até porque eu falei na semana passada sobre a questão do incêndio na Chapada dos Veadeiros e eu estive lá. Estive lá na quinta-feira e na sexta-feira, o incêndio extremamente foi grande, grave para a questão da fauna e da flora daquela região. Eu conversei com o Prefeito de Alto Paraiso, Sr. Martinho Mendes, com o Pacato do Alto que é o Secretário de Cultura e com o Sr. Amilton de Sá que é da Rede Contra o Fogo, uma organização da sociedade civil de voluntários, enfim.

Então, é mais que urgente e necessário que o Governo do Distrito Federal e o Governo de Goiás possam agir de forma conjunta. E também dei sorte, porque a chuva chegou lá na sexta-feira e ajudou a apagar o incêndio. Mas o prejuízo é muito grande. A flora se recupera rápido, mas a fauna, as espécies de bichos vão demorar a se recuperar. Então, é preciso uma ação conjunta, é preciso recursos para recuperar o prejuízo que esse incêndio trouxe.

Tudo indica que esse incêndio foi criminoso, porque aparecia um foco num local, depois um outro a cinco quilômetros, outro a dez quilômetros. Provavelmente, a questão do latifúndio e o aumento das dimensões do parque naquela região tenham provocado isso.

Fiquei sabendo que o Governador do Distrito Federal esteve lá no sábado, e S.Exa. também deve ter visto aquela situação triste. Ali tem muitas nascentes que acabam chegando aqui no Distrito Federal, então é uma região importante na RIDE, aqui e no entorno do Distrito Federal. É preciso que o Governo do Distrito Federal, que esta Casa, que nós possamos ficar bastante atentos para que não ocorra, no ano que vem, um incêndio da magnitude do que aconteceu ali.

Então, eu não poderia deixar de dizer aqui. Fui lá e vi. Vai precisar muito do apoio do Governo do Distrito Federal, de recursos para recuperarmos a situação degradante que esse incêndio deixou lá na Chapada dos Veadeiros.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok, Deputado Ricardo Vale. Agradeço a sua colocação.

Nós fizemos alguns contatos com o Presidente da Assembleia Legislativa de Goiás para que fosse tomada a devida providência em relação ao Ministério da Defesa, que colocou à disposição, num estado de emergência, os aviões da FAB para fazer aquele combate naquele momento.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (Bloco Trabalho por Brasília. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, inicialmente, eu queria aqui falar que hoje, talvez, nós votaremos. E eu sou Deputada de Oposição – todos sabem disso –, mas o que é bom, Sr. Presidente, nós temos que reconhecer, porque eu acho que faz parte do processo político.

Se tem algo que eu acredito que deu certo foi a questão do PDAF. Nós sabemos, Sr. Presidente, que tínhamos algumas coberturas. E aí eu quero falar para todos os diretores de escola que estão aqui, aos coordenadores, que eu tive oportunidade de ir a algumas escolas que...

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputada Celina Leão, só um minuto.

Gente, deixa eu explicar: está na Ordem do Dia, nós vamos votar o PDAF, em segundo turno. Está organizado. O Colégio de Líderes já se reuniu, vamos votar mesmo.

Quanto antes terminemos os comunicados, antes começaremos a votação. Eu queria pedir a colaboração de vocês, porque está tudo certo.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO – E aí, Sr. Presidente, eu acho que, no dia da votação desse projeto, tem alguns pontos que precisam ser levantados aqui e precisam ser colocados para a sociedade.

Eu quero fazer uma observação que é muito importante. O que esses professores têm feito com o PDAF é um milagre. Eles têm conseguido, com o mesmo recurso, cobrir escolas, fazer cobertura de escolas, trocar o chão, fazer a reforma de cantinas. Então, Sr. Presidente, é infinitamente, é muito mais produtivo quando o recurso é entregue lá na ponta para o professor do que quando ele é colocado na Secretaria de Educação.

E aí eu quero parabenizar o governo. Eu sou Oposição, mas eu quero parabenizá-lo pelo encaminhamento desse projeto, porque ele dá uma cobertura jurídica para todos esses gestores que estão na ponta fazendo a execução.

E aí, na pessoa da coordenadora Fran, eu cumprimento todos os professores que estão aqui.

Nós tínhamos, Sr. Presidente, para V.Exa. ter noção, coberturas de escolas que estavam custeadas por 700 mil reais, e, quando chegaram, esses professores conseguiram fazer por 150 mil!

Eu acho que, no momento da votação desse projeto, algumas coisas precisam ser observadas, e aí peço o cuidado aos colegas com as emendas. Porque emendas, é algo do Parlamento, mas as emendas têm que prestigiar os professores e não prestigiar os empresários. É essa a observação que faço, Sr. Presidente. Nós sabemos que, dependendo do tipo da emenda, Deputado Wasny de Roure, ela acaba com o projeto do PDAF, porque ela vai engessar e continuar colocando para a gestão da secretaria.

Então, Sr. Presidente, vou fazer essa fala rapidamente sobre o PDAF, mas o meu tema de hoje, são tantos assuntos, mas preciso abordar este tema. Eu quero falar

aqui, Sr. Presidente, sobre a questão do Metrô. E aí, Sr. Presidente, o que vou trazer aqui é muito grave.

Nós estamos vivendo uma enxurrada judicial, Deputado Wasny de Roure, no Metrô. E por quê? Desde 1995, alguns planos de cargos e salários são aprovados pelo corpo diretivo do Metrô e não executados pelos governos, os vários que passaram aí.

Então, hoje, temos uma demanda judicial... Sentença transitada em julgado que obrigava a contratação imediata de quase quatrocentos servidores, e isso foi uma sentença judicial. E o governo descumpre a sentença judicial! Não estamos falando aqui, Sr. Presidente, de algo que o Estado vai litigar, não, estamos falando de uma sentença na mais alta corte judicial do trabalho que obriga o Metrô a contratar servidores.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Deputado Cláudio Abrantes, eu vou lhe dar um aparte, só deixa eu completar antes. Sei que V.Exa. tem um excelente trabalho também no Metrô.

Algumas coisas têm acontecido no Metrô. Para você ter noção, o piloto trabalha com a questão da periculosidade, e deveria ganhar uma periculosidade. E o que acontece? Eles não ganhavam e muitos deles começaram a judicializar, ganharam a periculosidade na Justiça. E agora o Metrô, Deputado Cláudio Abrantes, pasme, soltou uma norma em que o piloto não pode mais descer para qualquer problema que tiver para não pagar aquela periculosidade que ele ganhou na Justiça; ou seja, se tivermos uma pane no Metrô, o piloto não pode descer para socorrer a população. Então, estamos vivendo esse tipo de problema no Metrô. Um problema gravíssimo, porque deveria ser contratado agora, não foi contratado, eles estão descumprindo uma sentença judicial.

O nosso gabinete está noticiando esse fato ao GDF, como fiscais do Poder Executivo, fiscalizando o Poder Executivo, para realmente denunciar a falta de cumprimento de decisão judicial. Sr. Presidente, se o Judiciário achar que é medida extrema pode pedir a prisão do Governador, pode pedir prisão do presidente do Metrô, por estar descumprindo uma decisão judicial. E aí ele solta um calendário, muito aquém daquilo que está sentenciado no processo, e não explica nem ao Poder Judiciário e nem ao sindicato!

Eles estavam com indicativo de greve, essa semana estão discutindo mais, vão discutir na semana que vem, mas eu queria trazer este tema ao Plenário. É um tema importante porque estamos falando de vidas, Sr. Presidente. Eles estão sucateando o Metrô faz muito anos, percebe-se isso quando usamos o transporte público, o sucateamento do serviço público. Hoje, muitas vezes, as catracas estão liberadas por falta de servidores, ou seja, não se investe para se ter o retorno de vender o bilhete.

Então, eu queria fazer essas observações.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Sem revisão do orador.) – Sra. Deputada, primeiramente parabenizo V.Exa. pelo pronunciamento. No tocante ao PDAF, quero me ombrear com V.Exa. e com todos os Deputados aqui, precisamos votar o PDAF na tarde de hoje. Inclusive, eu já queira ter votado o segundo turno do PDAF na última sessão, fiz essa proposta, fui voto vencido, mas estamos aqui para votar o PDAF.

No tocante ao Metrô, Deputada, V.Exa. está coberta de razão com a sua preocupação. Para se ter uma ideia, no início da implantação, na década de 90, quando havia somente sete estações no Distrito Federal, o quadro de funcionários do Metrô era de aproximadamente, Deputado Joe Valle, 1.050 pessoas. Hoje, o Metrô com quase trinta estações, um aumento considerável, e ainda se falando em expansão, conta com novecentos e poucos servidores. É um governo que prefere contratar o terceirizado em vez de o servidor concursado. Isso é fato, isso é a realidade.

Nós, realmente, Deputada Celina Leão, entramos com uma representação, na última semana, no Tribunal de Contas do Distrito Federal, porque o presidente do Metrô esteve nesta Casa, na Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, e assegurou nos anais, com as notas taquigráficas, da Casa que – inclusive, estou ouvindo aqui ao meu ouvido o próprio Deputado Prof. Reginaldo Veras confirmando – quando o Distrito Federal saísse da Lei de Responsabilidade Fiscal, ele faria a contratação dos concursados. Eu pergunto se fez. Não fez. Então, representamos ao Tribunal de Contas, pedindo as medidas cabíveis. Eu creio que este governo que se diz tanto austero, legalista, que cumpre a lei, precisa cumprir sentença judicial, precisa cumprir a lei, precisa honrar os concursos públicos.

A gente espera que a partir desse trabalho, e também com o brilhante trabalho que V.Exa. está fazendo, o governo tome consciência de que é importante para a qualidade do Metrô, para a qualidade da prestação do serviço, que sejam efetivados esses concursados. É imperioso que o governo faça isso. Senão, nós, como Casa de Fiscalização, iremos a todos os órgãos competentes em busca deste momento, que é a contratação, a nomeação desses concursados.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Obrigada, Deputado Cláudio Abrantes.

Para concluir, Sr. Presidente, eu acho que é importante colocar que, inclusive, a Lei do Metrô proíbe a terceirização da polícia do Metrô, que é especializada para cuidar da segurança: a Polícia Metroviária. Inclusive, ela tem uma legislação federal própria. Há um descumprimento, inclusive, desta lei, que é federal. Há também sentenças judiciais nesse sentido. Então, há um descumprimento repetitivo por parte da direção do Metrô em cumprir a lei, seja para o caso da Polícia Metroviária, seja no caso dos servidores, como muito bem disse o Deputado Cláudio Abrantes, seja nessa questão dos pilotos, que nós também entramos com representação do Tribunal de Contas e ela foi acatada, Sr. Presidente, por unanimidade. Agora, esperamos a resposta do Metrô.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite, pela Liderança do Bloco Sustentabilidade e Trabalho.

DEPUTADO CHICO LEITE (Bloco Sustentabilidade e Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas, hoje eu vou abordar uma pauta que é do nosso bloco, desde a construção da eleição de V.Exa. à Presidência: a composição das nossas unidades, do Bloco Sustentabilidade e Trabalho e da missão que me foi dada na Ouvidoria. Há cerca de 2 meses, nós temos trabalhado, com a orientação da Dra. Isabela, Procuradora do Distrito Federal, Presidente; com os técnicos da Casa; com o corpo da Ouvidoria, na possibilidade de se implantar na Casa, no Distrito Federal, nas relações internas do governo e das empresas com o Estado, aquelas que quiserem contratar, programas de *compliance*.

Todos sabem que uma causa nacional, hoje, suprapartidária, é a ética e a transparência. Nossa Casa está empenhada, já há algum tempo, na transparência máxima, V.Exa. sabe, em transplantar aqueles dados que são objeto da chamada transparência passiva – portanto, comprazem-se a um pleito de um cidadão como informação – para transparência ativa. Quer dizer, os dados estejam todos integralmente na rede mundial de computadores, ou onde qualquer pessoa, no âmbito do Distrito Federal e do Brasil, queira pesquisar.

Pois bem, nós queremos dar um passo a mais, Sr. Presidente, e hoje eu peço a ajuda dos colegas. Essa é, como eu disse, uma causa do nosso bloco, para implantação dos programas de *compliance*. Eu tentarei fazer isso, Sr. Presidente, com a ajuda de V.Exa., da Mesa Diretora, com um projeto de resolução para que possamos implantar esse programa de integridade na própria Casa legislativa. V.Exa. já tem todo o corpo da Casa, por iniciativa da Mesa, trabalhando sobre isso.

Agora é importante que tenhamos um instrumento legislativo. Então, primeiro, uma resolução, para que nós, se queremos o exemplo, possamos dar o primeiro passo. Depois, Sr. Presidente, na obrigatoriedade. Isso eu proponho que façamos a inclusão na própria Lei Orgânica. Assim, peço a assinatura dos colegas. Alguns colegas do nosso bloco já subscreveram, como o Deputado Prof. Reginaldo Veras, o Deputado Cláudio Abrantes. Peço aos colegas dos outros blocos – esse é um empenho de todos nós – que possamos obrigar, na Lei Orgânica, o Governo do Distrito Federal a implantar esse programa e colocar, como condição de contratar com o governo, que as empresas o tenham em seus mapas internos.

Hoje, em todo o mundo, as grandes multinacionais estão implantando não apenas pelo funcionamento gerencial da empresa, Sr. Presidente, mas, para além disso, para a confiabilidade. Hoje a credibilidade, a confiança do público se move muito – é necessário que tenhamos isso como uma cultura – com o comportamento da empresa. Uma empresa envolvida em corrupção, em fraude, não é uma empresa confiável, não tem produtos confiáveis. Nós precisamos operar essa rejeição a partir

da nossa própria conduta em só aceitar comerciar, comprar, produto de empresas que de fato se adequem ao processo de integridade.

Então, primeiro, Sr. Presidente, apresento, em nome do nosso bloco, o projeto de resolução para a Casa, pedindo à Mesa Diretora que cumpra os procedimentos e faça o próprio processo de convencimento, como é de sua atribuição. Depois, para incluir na Lei Orgânica a obrigatoriedade de que o GDF o faça. Eu quis fazer por lei, Deputado Prof. Reginaldo Veras, mas por lei ordinária não temos iniciativa. Nós fizemos um estudo da constitucionalidade. Nós precisávamos prever em uma norma geral, na Lei Orgânica, porque é matéria de Estado e não do governo de plantão.

Por fim, peço a todos os colegas que assumam a coautoria desse processo. Aqui nesta Casa nós já conseguimos muitos avanços, quando nos unimos em torno de um propósito. Não é um projeto do nosso mandato, não é um projeto apenas do nosso partido da Rede Sustentabilidade, mas sim de todos os colegas. Eu peço essa coautoria.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO LEITE – Com muita honra concedo um aparte a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Deputado Chico Leite, primeiramente quero parabenizar V.Exa., como Ouvidor desta Casa, por realmente ampliar cada vez mais o acesso do cidadão às informações. Eu faço questão de registrar que, na nossa gestão, avançamos muito em algumas coisas. Nós conseguimos deixar, com o apoio dos 24 Deputados, todas as verbas de gabinete à disposição da população. Isso foi na nossa gestão. A gente vivia recebendo ofícios do Ministério Público questionando essas informações. Hoje essas informações estão na rede, de forma clara, para o cidadão. Nós sabemos, avançamos muito. Todas as compras desta Casa, por um ato de resolução, estão disponíveis para que o cidadão tenha acesso a isso. A gente entende que isso é importante.

Eu quero parabenizar V.Exa. por esse gesto de trazer cada vez mais isso. Nós sabemos que precisamos detalhar um pouco mais quais são as informações. Até as notas fiscais hoje estão à disposição da população. Eu acho que isso trouxe a atenção dos próprios Parlamentares, cada vez mais, para usar algo público com o devido zelo, como precisa ser usado.

Contudo, há uma observação que eu queria fazer a V.Exa. Eu acho que é importante, até pelo tema, Deputado. Existem algumas ONGs – Organizações Não Governamentais – que eu não acredito que sejam ONGs de fiscalização. Eu acredito que sejam ONGs políticas, compostas por vários suplentes, muitos deles trabalhando na gestão pública. Fazem perguntas aos gabinetes que não são sobre a transparência, de como se usa a gestão, mas perguntas no seguinte formato: o que esse cidadão faz dentro do seu gabinete, todas as atividades.

Ora, eu acredito que a qualquer órgão do qual V.Exa. seja oriundo, se eu fizer um ofício desses ao Procurador-Geral, ele vai me mandar procurar o que fazer. Então,

dentro da medida do certo, do correto, não da perseguição política e não da falta de lisura com as coisas, eu acho que V.Exa. terá o apoio dos 24 Deputados. Gestos como esse facilitam muito mais. Muitos ofícios que, eu tenho certeza, V.Exa. recebe como Ouvidor, a pessoa vai poder buscar na internet.

Só desejo fazer um registro que eu acho importante. Ainda há uma cultura que nós Parlamentares precisamos mudar. Muitos ofícios que a própria Ouvidoria envia aos Deputados têm uma demora muito grande – dos próprios colegas – em serem respondidos. É algo que nós precisamos melhorar nesta resposta ao cidadão. Deixo a V.Exa. mais essa sugestão. Precisava haver um prazo interno nosso também aqui, porque se o Executivo tem o prazo de trinta dias para nos responder, nós também temos que ter prazo para responder à Ouvidoria que V.Exa. preside.

Então, deixo essa sugestão como algo que nós precisamos ampliar e melhorar. Eu sei que muitos colegas respondem, e respondem num prazo razoável, mas acho que poderia haver uma data certa para o cidadão saber que, dentro do prazo de trinta dias ou quinze dias, ele terá aquela resposta. No mais, quero parabenizar V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE – Muito obrigado, Deputada Celina Leão. Preciso observar a V.Exa. que nós temos tentado construir uma cultura. Como não há norma impositiva interna, nós procuramos conversar com os colegas e convencê-los de que, em realidade, quanto mais informações prestarmos, mais satisfeita estará a sociedade, e ficará mais consciente dos serviços que nós prestamos a ela. Mas é a construção de uma cultura.

Eu registro que, na administração de V.Exa., nós avançamos. Tivemos aquela reunião com o Ministério Público no gabinete da Presidência, e o cumprimento de uma resolução de nossa autoria que ainda era de 2010, se não me engano.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Eu registro que a resolução é de V.Exa. Agora eu lembrei que nós aprovamos a sua resolução na Mesa.

DEPUTADO CHICO LEITE – Isso, e conseguimos dar o cumprimento da verba de gabinete, da verba indenizatória. Conseguimos dar esse cumprimento. Quero fazer esse registro, foi V.Exa. naquela reunião. Nós vamos avançando aos pouquinhos. Tivemos também progresso na administração do Deputado Wasny de Roure, e temos agora progresso na administração do Deputado Joe Valle.

A natureza não dá saltos. Nós temos que nos unir em torno desse esforço. É devagarzinho e compreendendo essa possibilidade, nós não mudamos nada por decreto, por lei. Nós conseguimos mudar definitivamente quando operamos com a cultura. Eu queria fazer esse registro a V.Exa., Sr. Presidente, aos colegas, agradecer a participação da Deputada Celina Leão e me colocar à disposição de todas e todos.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Chico Leite. Parabéns pela iniciativa.

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 | 10 | 2017	15h04min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde a todos. Quero aqui, primeiramente, em nome do meu partido, o PRB, dizer que também estou pronto para, logo mais, votar o segundo turno do PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira.

Quero dizer que eu sou um Deputado que tem andado nas regiões administrativas e já contribuí no ano passado, de forma tímida, mas neste ano com muito mais intensidade, no apoio ao PDAF. Na última sexta-feira, Sr. Presidente, estive lá em Taguatinga, na M Norte, inaugurando uma linda quadra para os alunos da Escola Classe 45. Podemos ver como que realmente o dinheiro do PDAF rende na mão desses diretores comprometidos com a educação.

Então, eu não tenho dúvida alguma de que, quando nós aprovarmos esse PDAF, muito mais poderá ser feito pela educação. Quero dizer desde já que já estou programando, para o ano que vem, no mínimo, colocar 2 milhões no PDAF para que possamos realizar algumas obras em prol do Distrito Federal.

Eu queria, Sr. Presidente, dizer que estou feliz porque, nos próximos dias, no acordo que nós fizemos com V.Exa. no Colégio de Líderes, votaremos alguns projetos de Deputados, e eu vou trazer para esta Casa, nas próximas semanas, um projeto de lei de incentivo ao esporte, Deputado Wasny de Roure. Já temos a Lei de Incentivo à Cultura, que foi enaltecida pelo Deputado Cláudio Abrantes. V.Exa., Deputado Wasny de Roure, também contribuiu para essa lei. O esporte de Brasília também precisa de uma ajuda e de um socorro. Nosso projeto visa fazer com que os atletas, as federações tenham o apoio do Estado através do ICMS, do ISS, para realmente se fomentar o esporte na nossa querida Capital. Temos tem visto aí, muitas vezes, os atletas querendo sair de Brasília para outros estados, outros países, e acabam não tendo recurso de patrocínio, o Estado não os ajuda.

Então, eu tenho certeza de que esse projeto de lei de incentivo fiscal ao esporte vai trazer mais dignidade. Ele foi aprovada hoje na Comissão de Constituição e Justiça e agora virá para esse plenário. Desde já, quero pedir ajuda a todos os Deputados para que possamos realmente aprovar esse projeto em prol do esporte.

Quero também fazer um pedido e um apelo à Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, pois eu recebi também nessa semana uma comissão de moradores lá da Estrutural. Nós tínhamos um posto de polícia dentro do centro olímpico lá da Estrutural. Eu fiquei sabendo, tomei ciência de que esse posto foi retirado. Então, pedimos que o Comandante da Polícia Militar, através da regional do Guará, que cuida da Estrutural, reative esse posto dentro do centro olímpico, Deputado Wasny de Roure, porque realmente ele vai trazer mais segurança tanto para a cidade Estrutural como também para as pessoas que ocupam o centro olímpico. Hoje a garotada, muitas vezes, tem medo de ir lá por conta da criminalidade. Nós precisamos trazer um ambiente de mais conforto, um ambiente de mais tranquilidade e de mais segurança. Então, esse é o apelo que eu faço ao Comandante da Polícia Militar do Distrito Federal.

Quero dizer também que hoje, na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, nós conseguimos aprovar o projeto Esporte à Meia-Noite. Esse é um projeto que também vamos trazer aqui para o plenário. Esse projeto já vem sendo consolidado há anos, ele existe há anos, só que cada governo que entra, muitas vezes, quer acabar com o projeto. Então, queremos realmente instituí-lo como lei e, assim sendo, garantir recursos e que esse projeto jamais venha ter fim. Então, esse é o pedido que eu faço aos nobres Deputados.

Peço a V.Exa. que votemos, o mais rápido possível, o PDAF hoje, pois será de grande valia. Deus abençoe.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Julio Cesar.

Concedo a palavra ao Deputado Juarezão. (Pausa.)

Nós temos um trabalho da Terceira Secretaria, especialmente dos assessores, que reeditaram duas publicações extremamente importantes: Elaboração de Textos Legislativos – que é de muito tempo e agora está revalidada – e Processo Legislativo e Funcionamento da Câmara Legislativa. Então, eu gostaria de fazer uma homenagem aos nossos servidores rapidamente entre os dois comunicados.

Eu gostaria de, neste instante, suspender esta sessão ordinária para que possamos proceder à entrega de moção de louvor aos servidores responsáveis pela revisão e atualização do livro Processo Legislativo e Funcionamento da Câmara Legislativa, bem como do livro Elaboração de Textos Legislativos, ambos publicados por esta Casa, Terceira Secretaria.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16h25min, a sessão é reaberta às 16h28min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Declaro aberta a sessão solene da Câmara Legislativa do Distrito Federal para entrega de moção de louvor aos servidores responsáveis pela revisão e atualização do livro Processo Legislativo e Funcionamento da Câmara Legislativa, bem como do livro Elaboração de Textos Legislativos.

Solicito ao Cerimonial que faça a chamada dos nossos colaboradores e, hoje, também nossos homenageados e a leitura do teor do certificado.

Eu gostaria que o Terceiro Secretário, Deputado Raimundo Ribeiro se colocasse à disposição para fazer a entrega dos certificados. Enquanto isso, vamos chamar e agradecer aos servidores, porque são dois documentos de extrema importância para a continuidade do nosso trabalho.

MESTRE DE CERIMÔNIAS – Senhoras e senhores, a Câmara Legislativa do Distrito Federal, mediante proposição dos Exmos. Srs. Deputados Joe Valle e Raimundo Ribeiro, confere a presente Moção de Louvor a Ana Cristina Resende Nogueira por ter participado na revisão e atualização do livro Processo Legislativo e Funcionamento da Câmara Legislativa do Distrito Federal, bem como do livro Elaboração de Textos Legislativos, ambos na 4ª Edição, 2017, publicados pela Câmara Legislativa do Distrito

Federal. Brasília, 31 de outubro de 2017, 129º da República e 58º de Brasília. Assinam os Exmos. Srs. Presidente desta Casa, Deputado Joe Valle, e o Deputado Raimundo Ribeiro, Terceiro Secretário.

Moção de Louvor a Antônio Waldeci Alves.

Moção de Louvor a Claudio Luiz Gardin.

Moção de Louvor à Jane Faulstich Diniz Reis.

Moção de Louvor a José Afonso de Sousa Camboim.

Moção de Louvor a Josué Alves da Silva.

Moção de Louvor a Orivaldo Simão de Melo.

Uma salva de palmas a esses servidores da Casa. (Palmas.)

De ordem do Sr. Presidente, Deputado Joe Valle, o Cerimonial desta Casa entregará um exemplar do livro Processo Legislativo e Funcionamento da Câmara Legislativa, bem como do livro Elaboração de Textos Legislativos a cada Parlamentar aqui presente. (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h28min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está reaberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Esta Presidência agradece muito a todos os servidores que se colocaram nesse sentido.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar V.Exa. e a Comissão que elaborou. Acho que a Câmara Legislativa dá um passo importante ao valorizar a sua própria produção e a temática do Legislativo.

Nós temos que ter claro que a temática do Legislativo é bastante restrita, é uma matéria bastante hermética, mas precisamos e temos o dever de fazer uma difusão do acúmulo que esta Casa vem construindo ao longo da sua trajetória. São conhecimentos que estão na fronteira do pensamento desta cidade.

Nós precisamos entender que esta Casa não é apenas para essa geração, virão novas gerações, e nós precisamos deixar o conhecimento sistematizado, acumulado para que sirva de ingrediente para os avanços necessários que o Legislativo deve ter para os próximos anos.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 | 10 | 2017	15h04min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Felicito V.Exa., Deputado Joe Valle, a Mesa Diretora e, em particular, a Comissão que preparou essas publicações de alto nível para Brasília e para esta Casa.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (REDE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também quero parabenizar a Mesa Diretora pela iniciativa. O maior valor de uma instituição são os seus servidores. São exatamente eles que prezam pela qualidade, pelo aprofundamento e pela preservação desse trabalho, que não é de fato para nós, mas para as gerações – uma instituição precisa ter essa característica. A Casa Legislativa tem um corpo muito especial, competente e preocupado com os destinos do Distrito Federal.

Quero felicitar todos que receberam a moção, muito especialmente na pessoa do meu amigo, o Consultor Orivaldo Simão de Melo, que tantos serviços tem prestado à Casa, nesses anos, e tanto tem me ajudado pessoalmente, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Chico Leite. Eu gostaria também de fazer um agradecimento especial, pelo trabalho realizado, aos profissionais da Seção de Produção Gráfica, Carlos Macedo, Antônio Alves e Ivanildo Araújo, sem os quais, realmente, a Gráfica não teria conseguido fazer o acabamento artístico do livro e imprimi-lo. Muito agradecido a todos.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito brevemente, eu gostaria apenas de parabenizar os servidores que receberam essa homenagem. É uma homenagem simbólica, mas que – parece-me – demonstra o apreço que os Parlamentares, que são hóspedes passageiros desta Casa, podem dispensar ao corpo técnico altamente qualificado que temos nesta Casa.

A Câmara Legislativa, tenho sempre dito, nasceu com uma vocação: esta Casa é talvez a área pública mais democrática que pode existir, porque ela nasceu para hospedar e sediar os debates dos grandes temas da nossa cidade. Ela está muito bem edificada, porque tem no seu corpo de servidores pessoas extremamente preparadas e, mais do que isso, comprometidas com esta Casa. Nós, Parlamentares, estamos aqui de quatro em quatro anos, mas os servidores não. Eles são os que constroem realmente a história da Casa, com a sua competência e sua eficiência. A demonstração maior foram exatamente essas obras que acabamos de receber.

Então, quero parabenizá-los e também a todos os servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, seguindo a mesma linha já adotada pelo Plenário, eu gostaria também de parabenizar os nossos servidores. Realmente, é um trabalho extraordinário, que só mostra a competência dos membros desta Casa, desse corpo técnico que é extremamente valoroso para nós. Esperamos que, agora, com esse novo concurso, sigamos essa tradição de termos um corpo muito qualificado. Tenho certeza, Sr. Presidente, de que esse trabalho foi feito com esmero, zelo, mas, principalmente, com paixão por aqueles que trabalham no Poder Legislativo do Distrito Federal.

Então, quero aqui, junto com o Plenário, me somar a essa Moção de Louvor, parabenizando os servidores que produziram esse trabalho, mas logicamente ampliando para todos aqueles que compõem o corpo técnico da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Cláudio Abrantes.

Eu gostaria de lembrar também que os livros já estão disponíveis eletronicamente no Portal da Câmara Legislativa do Distrito Federal e serão enviados aos diversos setores da Casa, bem como aos gabinetes parlamentares. Quero agradecer muito a esse corpo de servidores, especialmente em nome do Josué. Sei que é da vontade, mesmo; é da paixão e da vontade de fazer. Se não fosse assim, isso não sairia.

Então, agradeço, em nome desta instituição, a esses servidores que fizeram esse trabalho. Muito obrigado a todos.

Retomando, estão encerrados os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde a todos. Usarei os meus cinco minutos para, em ritmo de metralhadora, tratar de três temas aqui.

Primeiro, Sr. Presidente, é a questão do PDAF. Hoje é um dia feliz para a gente. Esse projeto vai ser aprovado. Lembro que, desde o início do debate, foi uma emenda de minha autoria ao Plano Distrital de Educação, para que o PDAF fosse regulamentado. Desde já, parabenizo o Deputado Wasny de Roure pelo brilhante trabalho na relatoria desse projeto, ouvindo todos muito democraticamente. Sempre

digo que S.Exa. até exagera na democracia, porque ouve todos. Eu discordo de algumas posições, mas S.Exa. acaba me convencendo. A gente vai aprovar uma excelente lei, que, além de dar garantia jurídica aos gestores escolares, vai desburocratizar a execução do recurso enviado. Se a gente já fazia muito, tenho certeza de que vai fazer ainda mais com isso.

Em relação ao PDAF, é bom a gente lembrar que ele é um recurso ordinário e que a sua segunda parcela até hoje não foi depositada, inviabilizando o trabalho dos diretores. Não nos adianta aprovar uma lei aqui se o governo não cumprir com sua obrigação.

Então, aproveito para pedir ao nosso amigo Deputado Agaciel Maia, que é o Líder de Governo, e também ao nosso Secretário José Flávio que levem essa demanda ao Governo do Distrito Federal, afinal de contas, dizem que agora há dinheiro sobrando. Que paguem a segunda parcela do PDAF, senão vai acontecer com as escolas, Deputado Joe Valle, o que está acontecendo com os postos de saúde, que estão parados, não funcionam. É melhor fechar alguns, diga-se de passagem. As escolas só não fecham porque nós sabemos que os professores e diretores acabam dando jeitinhos, vaquinhas, festinhas e tiram dinheiro do próprio bolso para que a escola continue funcionando. Sempre foi assim. Não é possível que a gente tenha que continuar com isso. Não basta aprovar a Lei do PDAF, tem que liberar o recurso em um prazo hábil, para que o professor e o diretor possam executar bem o seu trabalho. Então, vamos lá aprová-lo!

O segundo fator que tenho de abordar aqui é em relação a uma medida pouco democrática adotada pela FIBRA – Federação das Indústrias do Distrito Federal. Depois que o Jornal Brasília Capital publicou uma matéria, uma denúncia a respeito de malversação de recursos do Sistema S, ele foi proibido de ser distribuído dentro da Fibra. Em um momento de democracia que este país vive, em que alguns elementos democráticos são até questionados, um tipo de censura desse não contribui em nada para a liberdade de expressão e para a construção de uma sociedade mais justa. Fica aqui a crítica. Que a Fibra e o Dr. Jamal, que é um homem de bem e muito bem articulado, revejam essa situação!

O terceiro tema – eu não poderia deixar de falar aqui – é a respeito da criação desta Secretaria de Assuntos Estratégicos. A gente ajudou a eleger este governo, a gente foi parte deste governo até quando dava. Um dos princípios que nos levou a abraçar essa causa era o princípio de eficiência da gestão pública, inclusive com o compromisso de campanha de reduzir secretarias, e agora, no tardar do mandato, é criada uma tal Secretaria de Assuntos Estratégicos, para absorver a nossa Vice-Governadora Maria de Lourdes Abadia. Ela é uma pessoa fantástica, tem todo um *know-how*, mas é criticável, Deputado Chico Leite, a criação de uma nova secretaria apenas para formalizar um acordo político, para eu não usar a palavra conchavo político. Não tem nada de eficiência na Administração Pública. E ainda dizem que a tal secretaria cuidará do Sol Nascente etc. O Sol Nascente já é cuidado. A Deputada Luzia de Paula vive mais no Sol Nascente do que na casa dela. É preciso criar uma nova

secretaria para tanto? Eu acompanho o trabalho da Deputada Luzia de Paula. S.Exa. vive lá. A Deputada Telma Rufino também está sempre no Trecho 1. E agora é preciso uma secretaria para cuidar de três lugares? Não há seriedade nesse tipo de acordo político, que também não contribui em nada para a eficiência na gestão pública do Distrito Federal.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (REDE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a minha questão de ordem é exatamente sobre o projeto de lei do PDAF, se vamos votá-lo hoje. Estamos prontos para votar, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito, Deputado Chico Leite. O acordo do Colégio de Líderes foi para que haja a votação do PDAF hoje.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa. entrou agora nos Comunicados de Parlamentares. Vou fazer dois comentários sobre o pronunciamento do Deputado Prof. Reginaldo Veras e vou abrir mão do meu pronunciamento para que possamos votar logo o PDAF.

O primeiro comentário é sobre a postura da Fibra. Deputado Prof. Reginaldo Veras, não é de se espantar, a própria Fibra entendia que a Câmara Legislativa não podia votar o Iprev, achou que era um projeto que ela não tinha competência para votar e, então, quis censurar a Câmara Legislativa. A Fibra queria isso.

E o segundo: essa situação da criação da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Sr. Presidente, é uma vergonha! Não tem outra palavra, porque, quando nós temos concursados que não estão sendo nomeados, quando temos o governador e a secretária de planejamento sofrendo uma ação de improbidade porque insistiram nos comissionados em detrimento dos concursados, quando falam de tanto e tanto tempo em que nós não temos recursos, que falta dinheiro para pagar a parcela do reajuste dos professores e para depositar o dinheiro do PDAF, aí vem com essa secretaria. Nada contra a ex-governadora Maria de Lourdes Abadia, mas é vergonhoso o governo criar uma secretaria somente para abrigar um compromisso político. Isso é lamentável!

E ratifico a minha posição de abrir mão do meu tempo nos Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nos termos regimentais, eu quero fazer esta questão de ordem a V.Exa. para que possamos votar o Projeto de Lei nº 1.762 em primeiro turno, em seguida, votar os projetos dos Deputados que estão pautados, em primeiro turno, encerrar a sessão e votar todos no segundo turno, em vez de fazer uma votação direta apenas de um projeto, em segundo turno, contrariando a boa técnica legislativa.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria fazer um pedido contrário ao pedido do Deputado Agaciel Maia. Eu queria pedir que nós votássemos o segundo turno do PDAF, porque há acordo. Eu tenho certeza de que o Projeto de Lei nº 1.762 vai causar um debate incrível. No projeto do PDAF nós já temos acordo. Eu acho que é mais fácil, pois é só o segundo turno. A gente entra, vota, prestigia os professores que estão aqui.

(Manifestação da galeria.)

DEPUTADA CELINA LEÃO – E vamos discutir o Projeto de Lei nº 1.762, que possui um tanto de emendas.

Então, eu peço a V.Exa. que vote o projeto o PDAF.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. Só um minuto, Deputada, nós ainda estamos nos Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (REDE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é porque o Projeto de Lei nº 1.762, a que aludiu há pouco tempo o Deputado Agaciel Maia, nós ficamos de votar inclusive na sessão passada. Eu até insisti aqui, deste microfone, para que a gente cumpra os entendimentos, os acordos. Eu acho que seria fundamental.

Eu me lembro que naquela ocasião o entendimento era para votarmos o Projeto de Lei nº 1.762 e o PDAF. Eu quero relembrar.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito. Foi acordado no Colégio de Líderes ontem que esses projetos seriam votados hoje, foi acordada uma ordem: votaríamos os projetos dos Deputados e depois os projetos do Executivo, como sempre fizemos. Houve uma sugestão de uma questão de ordem do Deputado Agaciel Maia para que fizéssemos diferente, e a sugestão da Deputada Celina Leão foi outra. Mas eu vou colocar em votação, eu vou colocar para a análise dos Líderes. Ok?

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero, nos termos regimentais, me ombrear com a proposta da Deputada Celina Leão de que a gente vote o PDAF, preferencialmente. Afinal de contas, Sr. Presidente, nós temos um ponto pacífico, ele já foi votado em primeiro turno.

Do Projeto de Lei nº 1.762 nós vamos fazer a discussão, o debate, inclusive político e técnico. É uma discussão que tende a se arrastar devido ao número de emendas. Sinceramente, não faz sentido nenhum reter os gestores aqui, neste plenário, sendo que nós já temos o PDAF votado em primeiro turno. Eles precisam estar nas escolas. Tenho certeza de que todos eles gostariam de estar nas escolas, que é o ambiente deles.

Então, Sr. Presidente, não faz sentido nenhum. O acordo foi: projetos de Deputados, depois os projetos do governo. Eu até admito que a gente passe o PDAF na frente dos projetos dos Deputados, agora o 1.762, de forma alguma, vai ter um debate extenso e nós vamos resistir a ele.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só quero informar a V.Exa. que o relatório das emendas que nós recebemos, e foram várias, do Projeto de Lei nº 1.674, de 2017, que é o popularmente conhecido projeto do PDAF, já está pronto. Tão logo queiram apreciar, eu já tenho condições de dar o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. Perfeitamente.

Continuando os Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Lira.

DEPUTADO LIRA – Eu abro mão para podermos votar o PDAF.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Deputado Delmasso. (Pausa.)

Concedo a palavra Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer apenas uma observação acerca do que foi colocado recentemente por boa parte da imprensa no sentido de que o Governo do Distrito Federal estaria antecipando o pagamento de salários.

Eu acho que é obrigação nossa corrigir as mentiras que são proferidas, ainda mais quando se utilizam de recursos públicos para enganar a população do Distrito Federal. Não há nenhuma antecipação salarial.

O que há é uma diminuição do prazo para o pagamento de alguns servidores, Deputado Wasny de Roure, porque o pagamento é até o 5º dia útil após o mês vencido. A gente só antecipa aquilo que ainda não era devido, mas já é devido, as pessoas já trabalharam, então não há nada de antecipação. Mas, infelizmente, esse governo é useiro e vezeiro na prática da mentira, é a grande ferramenta de trabalho que eles têm.

Quero saudar a presença do Deputado João de Deus, ele está conosco nos brindando.

Então, Sr. Presidente, eu acho que cabe essa correção, inclusive, para que alguns veículos de comunicação que têm informado indevidamente possam se entender, no caso, corrigir a informação, principalmente porque não atinge 20% do corpo de servidores, não atinge os servidores da saúde nem os da educação. Você veja que, lamentavelmente, a mentira tem sido a grande ferramenta de trabalho deste governo atual.

Com relação a essa questão dos prédios abandonados dos quais o Ministério Público, do alto de sua autoridade, recomendou que a Agefis faça a demolição – medida correta, porque o prédio condenado não pode ficar em pé –, eu só gostaria de saber onde estavam os órgãos de controle social que permitiram que eles fossem erguidos, porque eles não surgiram da noite para o dia. Esses prédios foram sendo construídos tijolo a tijolo, mas os órgãos de controle permaneceram silentes. Por quê? E agora resolveram trabalhar.

Eu me lembro de que, há quatro, cinco anos, nós tivemos até pedidos de prisões, e foram feitas, com relação ao Administrador de Águas Claras e de Taguatinga. E até agora não se tem notícia do resultado desses processos.

De repente, de 27 ou 28 prédios, não sei, houve uma recomendação de demolição. Se os prédios estão condenados, não devem permanecer em pé, mas o que me preocupa é o que fizeram essas pessoas que têm o dever de fiscalizar, sob pena de prevaricar, ao longo do tempo em que esses prédios foram construídos.

Finalizando, Sr. Presidente, quero dizer o seguinte: independentemente de qualquer apreciação pessoal que se possa ter, parabenizar o Supremo Tribunal Federal por corrigir uma ilegalidade e uma arbitrariedade que tinha sido praticada, salvo engano na semana passada, em que um juiz se sentiu ameaçado pelo simples fato de um réu, que está preso, ter relembrado que a família desse juiz vende bijuteria.

Então, eu quero parabenizar o Supremo Tribunal Federal por essa coragem de agir corretamente reformando decisões notoriamente arbitrárias e ilegais.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado.

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós tomamos conhecimento, a partir da noite de ontem, através da mídia – e hoje está em todos os jornais e *blogs* – de mais uma facada no trabalhador brasileiro: o Michel Temer, golpista, resolveu adiar para 2019 o reajuste que os servidores tinham ganho do Governo Dilma. Mas não foi só isso, resolveu também aumentar a contribuição previdenciária em 3%. Portanto, Deputado Wasny de Roure, não dá aumento nenhum e ainda rouba 3% dos servidores.

Mas não é só isso. Paralelamente a isso, ele perdoa uma dívida de 25 bilhões do Itaú. Talvez porque o Itaú é probrezinho e está precisando de uma ajuda. É um dos setores que mais dá lucro, mas precisa de perdão de 25 bilhões. O Itaú, que não perdoa conta de nenhum correntista. Até as viúvas são espoliadas por esse banco. Mas, vai lá, 25 bilhões de reais. Isso é uma vergonha, é uma indecência.

Espero que o Rollemberg não queira seguir o mesmo caminho e pegar aqui agora e aumentar em 3% a taxa de contribuição da previdência, porque ele está se tornando um menino bem-mandado pelo golpista. Tanto é que até hoje não concedeu aumento aos servidores de Brasília. Está garantido em lei. E essa Câmara, que aprovou a lei, a gente também não faz quase nada para que venha.

O segundo ponto que quero abordar é com relação à violência. Deputado Chico Leite, V.Exa. que é promotor de justiça, eu tenho vergonha de um país onde 35 mulheres são estupradas por dia. O estupro é o crime mais violento, que violenta a alma das pessoas. Eu não posso ficar calado, assistindo a um País onde morrem, de tantas maneiras, assassinadas por arma, por pedra, por pau, por facão, por machado, por revólver, por escopeta e por fuzil, 62 mil pessoas. Isso é mais do que uma guerra. Isso é grave. Isso não pode continuar acontecendo no nosso País. Eu sinto vergonha. Eu me sinto enojado. Não é esse o país que eu quero. Não serve para mim.

Por último, quero abordar a questão dos vigilantes. Os vigilantes estão há 17 dias resistindo nos postos, porque houve uma licitação, querem demitir os trabalhadores, não estão cumprindo a lei, e o governo não fala nada. Parece que está mancomunado com as empresas. Está se tornando, Deputado Raimundo Ribeiro, aqui, terra sem lei – essa que é a Capital da República. Mancomunado. Os trabalhadores estão há 17 dias resistindo nos postos, sem contrato, sem salário, brigando única e exclusivamente pelo emprego, e ninguém faz nada. Tenho visitado os vigilantes quase todos os dias.

Por último, quero dizer que eu também vou votar favoravelmente ao PDAF, mas quero aproveitar esta oportunidade e dizer a todos os Deputados que estão aqui que, além disso, quero me solidarizar neste momento com cinco diretores de escolas de Santa Maria, cinco diretores. Não é correto, Deputado Chico Leite, o que foi feito com esses diretores. Estão sendo denunciados pelo Ministério Público como se fossem larápios, e não são, são diretores que pegaram o dinheiro e o aplicaram corretamente! Aí disseram: "Mas não prestou conta no tempo hábil". Diabos, mas o que deveria ser

feito com o recurso destinado não foi feito? Diretor de escola não é contador, e o dinheiro que ele recebe não permite contratar uma contadoria.

Portanto, isso é grave, Deputado Prof. Reginaldo Veras, cinco diretores indiciados e denunciados aparecem agora na mídia como se fossem larápios e não são, são pessoas que merecem todo o respeito e a solidariedade de todos nós!

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante, eles têm todo o respeito desta Casa. Pode ter certeza absoluta de que os 24 Deputados assinam e vão votar essa lei justamente para impedir esse tipo de injustiça que os órgãos de controle, de forma fria, cometem com as pessoas nesta cidade.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trabalhadores da educação aqui presente, quero apenas manifestar minha solidariedade aos sindicalistas que dialogam com a base dos trabalhadores do Sistema S e estão vivenciando um momento difícil – o Deputado Prof. Reginaldo Veras já colocou – em função de uma publicação do jornal local da região de Taguatinga sobre o uso de recurso de maneira desnecessária, não recomendável, pouco republicana, pelo Sistema S em viagem recente promovida pela organização.

Isso é natural, cabem os esclarecimentos para que a instituição entenda o que é pertinente, o que não é pertinente. Os recursos do Sistema S são contribuições que visam a fortalecer o sistema produtivo, as organizações do sistema produtivo, mas estão na ótica e na lupa da imprensa tanto quanto outros órgãos que gerenciam recursos públicos. Então, é necessário dar satisfação e entender que não é punindo os sindicalistas que se conseguirá resolver isso ou dar explicações à sociedade.

Eu quero também corroborar aqui as palavras do Deputado Chico Vigilante. Eu não conheço o conteúdo do que foi imputado aos cinco diretores de escola na cidade de Santa Maria em função da prestação de conta do PDAF. Eu quero dizer do que eu tenho visto. Muitas das nossas escolas estão funcionando com a real disposição dos profissionais da educação em permitir que de fato a escola não feche e continue sendo um espaço privilegiado da criança. É algo absolutamente desconcertante ver as crianças em condições precárias. Lembro-me bem de uma escola em Taguatinga que visitei, Sr. Presidente. O piso em que ocorre o recreio das crianças, por causa das árvores que cresceram com os anos e fornecem a sombra necessária, tornou-se extremamente irregular em função do crescimento das raízes. Naturalmente crianças de 4 anos, 5 anos, 6 anos são crianças que ainda estão com o seu equilíbrio motor em desenvolvimento, então, é natural que caiam, que levantem e que saiam um tanto quanto feridas.

Portanto, necessita do apoio de recursos para poder corrigir aquele cimento, aquele piso existente na escola. Ai, a gente vê professores, servidores, como eu assisti,

inclusive, servidores terceirizados, no Centro de Ensino Especial de Planaltina, tirando dinheiro do bolso para comprar saco de cimento. Eu assisti, Deputado Chico Leite, vigilantes que são servidores terceirizados adquirindo sacos de cimento para ajudar na obra coletiva de toda a escola, que é um espaço onde as mães vão aguardar o encerramento das atividades das suas crianças, que são crianças dependentes. O Deputado Cláudio Abrantes e o Deputado Prof. Reginaldo Veras conhecem essa escola, que é por demais conhecida.

Portanto, precisamos ter a compreensão de que esta votação hoje não é apenas uma conquista do Plano Distrital de Educação, mas é uma conquista para o fortalecimento das unidades escolares do Distrito Federal.

Eu não tenho economizado palavras para reconhecer o avanço desta atual gestão na eficiência da aplicação de emendas Parlamentares, estimulando-as para serem canalizadas para a educação. Mas, agora, Deputado Chico Leite, é necessário que o governo libere as emendas, Deputado Joe Valle. Eu tenho emenda do início do ano, V.Exa. também tem.

Eu quero fazer um apelo público aqui. Um apelo público! Não são recursos de promoção política. São recursos para o fortalecimento das escolas públicas. Eu parabenizo o Deputado Julio Cesar que falou há pouco que teve emenda dele executada. Mas não são todos os Deputados que estão tendo não. Essa atitude discricionária não é condizente com a postura republicana que um governo tem que ter e tem que dar às emendas, porque tanto vale aquele que aplica quanto aquele que não aplica.

A discriminação que é prejudicial e não podemos prejudicar a educação.

Portanto, eu quero aqui deixar esse apelo para o bem da cidade, para o bem da educação que, de certa forma, é uma maneira de avaliar a gestão deste governo. A gestão que, por sinal, tem se diferenciado em relação à saúde pela capacidade não de resolver grandes problemas, mas de resolver pequenos problemas que são fundamentais para o funcionamento da escola.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Concedo a palavra ao Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, serei superbreve porque estão todos os professores aguardando. Mas, eu não posso deixar de falar, porque depois vamos entrar na discussão do Projeto de Lei nº 1.762.

Nós estamos conseguindo um recurso de 199 milhões de reais, Sr. Presidente, de financiamento, de empréstimo, isso com juros importantes, os juros são baratos para o Estado, de 2%, ao ano. O Estado não pode abrir mão desse recurso. Só que as planilhas que estão anexadas a esse projeto, Sr. Presidente... Eu acho que o projeto

do jeito que ele está não pode ser votado hoje ou ele tem que ser votado com duas emendas para que possa dar, talvez, uma direção a ele.

Sessenta e cinco por cento do recurso de 199 milhões estão sendo destinados para a Orla do Lago, Sr. Presidente, em plena crise hídrica. Em plena crise hídrica, de 199 milhões, 65% está sendo destinado para benfeitorias na Orla do Lago. Vai ser uma roubalheira, Sr. Presidente.

Para se ter uma noção, dentro desses 65% estão destinados para o Deck Sul – que já está pronto, foi uma obra que acabou de ser entregue – 11 milhões. Nem se ele pintarem o Deck de ouro vão conseguir gastar os 11 milhões naquela obra. Isso anexado dentro das folhas nºs 33 a 35. O Parque das Garças do Lago Norte tem destinado mais 10 milhões. Nós estamos numa crise hídrica, Sr. Presidente. É uma inversão de prioridade. Qual seria a prioridade? Ampliar a captação, as tubulações nas áreas que precisam de água.

E aí, Sr. Presidente, o PT colocou uma emenda – e eu já quero falar que tem o nosso apoio – para que somente 3% seja utilizado para projetos, porque também tinha o uso de quase 30% para elaboração de projetos. Ou seja, de 199 milhões, se nós vamos usar quase que 30% para elaborar projeto, se nós vamos usar quase que 65% para a orla do lago, vai sobrar o quê para captação de água em plena crise hídrica?

E nós estamos propondo uma emenda, também, Sr. Presidente, que coloca 80% desse recurso para implementação de adutoras, melhorias no sistema de captação, distribuição de águas e adequação das áreas rurais para uso da água sustentável, e somente 20% para proteção de vida silvestre, que é a orla do Lago Paranoá, e para a orla livre.

Então, eu acho que é questão de bom senso, Sr. Presidente, na hora de discutir esse projeto, que prestemos atenção para não votarmos algo que a sociedade vai nos cobrar. Cento e noventa e nove milhões para a orla: nem se ele quiser refazer a orla inteira em ouro, ele não vai conseguir gastar esse dinheiro.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok, obrigado.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para esclarecer – e estiveram aqui o Secretário de Agricultura e toda a equipe técnica que elaborou esse projeto por dois dias seguidos, de plantão – à Deputada Celina Leão que essas obras... Na realidade o empréstimo é de 40 milhões de dólares para os dois...

A contrapartida dessas obras que S.Exa. citou é apenas a contrapartida de 20 milhões de dólares. Então, não são para fazer essas obras. Isso é dado como contrapartida.

Importante: as duas obras que vão ser realizadas são a do canal do Rodeador, que nós sabemos, e a do canal do Santos Dumont – e tem até uma sugestão de mudar de nome, depois eu vou comentar sobre isso.

No que diz respeito à orla do lago, eu quero esclarecer a V.Exa. que só vai acontecer a execução desse projeto no segundo semestre de 2019 ou em 2020, quando, provavelmente, já teremos um novo governo E aí pode-se sentar com o organismo internacional e redirecionar essa parte, que hoje está para a orla, para um outro projeto, seja para recuperação de córrego, seja para outras variáveis.

O que nós não podemos, não é bom senso, é nós termos a oportunidade de fazer uma captação de 66 milhões de dólares para o desenvolvimento principalmente da agricultura do Distrito Federal e da resolução da crise hídrica e, simplesmente, darmos as costas para um projeto dessa natureza. Questões pessoais, questões partidárias ou questões políticas têm que ficar em segundo plano. As correções que forem necessárias, quem for executar esse projeto vai fazê-las.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é só, na verdade, a título de esclarecimento.

Quer dizer que o governo fala em 199 milhões, o objetivo inicial é ajudar na solução dessa crise hídrica que nós vivemos, e ele quer destinar mais da metade desse recurso para outras coisas que não seja captação?

Esse governo, realmente, é uma beleza, não é? Ele não engana ninguém, não é, Deputado?

Obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, obviamente que é extremamente lícito, muito salutar e muito poderoso o discurso da Deputada Celina Leão, mas eu queria pedir para não anteciparmos o debate do PL nº 1.762, até porque esse projeto tem graves problemas ambientais que nós vamos discutir em momento oportuno.

Peço para avançarmos para votarmos logo o PDAF.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero me solidarizar com os policiais civis do Distrito Federal. Eles acabam de decretar uma greve por 24 horas contra o governo, que não quer negociar com eles.

Eles vêm se arrastando há mais de dois anos nesse processo e até agora nada. Decretaram a greve, está publicada aqui no *site* do jornal *Brasília Capital*.

Portanto, uma greve de 24 horas dos policiais civis.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para comunicar que hoje o Senado vota aquilo que já fizemos aqui, o projeto de regulamentação do Uber. Esta Casa foi pioneira. Aquilo que aprovamos aqui tem sido referência em vários estados brasileiros.

E, se o texto que vai ser votado hoje no Senado for aprovado como está, é um retrocesso na questão do uso de aplicativos como elemento de mobilidade urbana.

Em virtude disso, o cacete está comendo lá na Esplanada entre motoristas do Uber e taxistas. A situação está feia lá na Esplanada. Então, torcer para que eles tenham prudência e não briguem, e para que o Senado e os nossos senadores repensem e não retrocedam nesse mecanismo moderno e digital de mobilidade urbana.

É isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Estão encerrados os Comunicados de Parlamentares.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Tenho aqui dois encaminhamentos. Eu gostaria de fazer uma consulta aos Líderes.

O encaminhamento do Líder de Governo é para que possamos votar o Projeto de Lei nº 1.762, em primeiro turno, e depois votarmos o PDAF e os projetos de Deputados em segundo turno. Esse é o primeiro encaminhamento.

Eu gostaria de consultar os Líderes se há acordo para que possamos votar o Projeto de Lei nº 1.762 em primeiro turno, e passemos, então, em segundo turno, a votar o PDAF e os projetos de Deputados.

Deputado Ricardo Vale? (Pausa.)

Deputado Chico Vigilante? (Pausa.)

(Manifestações da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Eu queria pedir silêncio, gente, estamos em processo... Já falei que o projeto vai ser votado, estamos apenas vendo

a ordem de votação, é um momento importante para que possamos definir, até porque podemos votar primeiro o PDAF e depois os outros projetos.

Deputada Celina Leão?

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu acho que todos os Líderes aqui... Acho que V.Exa. podia fazer a pergunta ao contrário, quem gostaria de votar o PDAF depois, pois há um entendimento quase que unânime de se votar o PDAF primeiro.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acato a questão da Deputada Celina Leão.

Vou colocar aqui o encaminhamento de fazer a votação do PDAF como primeiro projeto, em segundo turno; os projetos de Deputados em segundo turno; e então entrarmos na discussão e votação do Projeto de Lei nº 1.762.

Coloco em consulta aos Líderes. Votamos o PDAF como primeiro projeto, em segundo turno; os projetos de Deputados, em segundo turno; e o Projeto de Lei nº 1.762 como último projeto. Lembrando que vou colocar como primeiro item de pauta a votação dos requerimentos e moções em bloco, porque já eliminamos esse item que é rápido e depois iniciamos os próximos.

Então, coloco em consulta aos Líderes.

Deputado Agaciel Maia, Líder do Governo?

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já estávamos discutindo a votação. A solicitação da Deputada Celina Leão inverteu.

Eu só acho assim, todos sabemos que vamos aprovar o PDAF. Então, acho que a questão de votar um segundo turno sem votar as matérias de primeiro turno não é a regra legislativa. V.Exa. pode, como Presidente, fazer isso, mas não é a regra. O certo e o combinado no acordo de Líderes era votar em primeiro turno o Projeto de Lei nº 1.762 e, em seguida... Mas já que V.Exa. acatou a solicitação da Deputada Celina Leão, eu quero orientar os Deputados: Deputado Julio Cesar, Deputado Delmasso, Deputado Prof. Israel, Deputado Lira, Deputada Luzia de Paula, Deputado Chico Leite e demais para mantermos o acordo de Líderes; ou seja, votarmos o Projeto de Lei nº 1.762, em primeiro turno, depois votaremos os dois...

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Agaciel Maia, só para esclarecer. Na realidade, ontem nós tínhamos decidido votar, primeiro, os projetos de Deputados e, depois, entraríamos nos itens extrapauta, que é o caso do nosso projeto sobre o empréstimo.

Vamos fazer o seguinte, vou fazer uma sugestão. Por favor, coloquem na Mesa para votarmos, em segundo turno, o PDAF. Logo em seguida, votaremos, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.762 e, depois, os projetos de Deputados. Assim, ficamos no meio termo.

Consulto os Líderes se há acordo para superarmos o sobrestamento dos itens nºs 1 a 63, relativos aos vetos, da Ordem do Dia, para votarmos as demais proposições e os itens extrapauta. (Pausa.)

Não havendo manifestações em contrário, procederemos à leitura do primeiro item de votação. Consulto também os Líderes se há acordo para votarmos os requerimentos e as moções, em bloco, pelo processo nominal. Votaremos as moções e os requerimentos, em bloco. Logo em seguida, votaremos o restante. (Pausa.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu indago a V.Exa. se há emendas ao PDAF em segundo turno. Se há, solicito a distribuição aos Deputados, porque não irei votar uma coisa que não conheço.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não, Deputado Chico Vigilante, nós fizemos uma discussão enorme no processo. Nós iremos refazer o processo do substitutivo, já acordado e repassado a todos os Deputados. Se V.Exa. ainda não o conhece, coloco à sua disposição esse processo.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Não. Estão me informando de que há emendas de segundo turno, não estou me referindo ao substitutivo. Eu quero ter conhecimento das emendas. Só isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito, nós as passaremos. Foi acordado, quando votamos o primeiro turno do PDAF aqui, que nós teríamos emendas em segundo turno. Foi feito um grande acordo aqui nesse processo. Então, as emendas foram apresentadas até agora. Eu vou participá-las da mesma forma, não votaremos nada sem o conhecimento dos Deputados, será da forma como tem de ser feito; nunca fizemos e não faremos diferente. Está certo?

O acordo feito na sessão passada, quando votamos o primeiro turno, foi para que pudéssemos fazer um grande acordo. Foi feito aqui, inclusive. Perguntei ontem, isso foi consultado ao Colégio de Líderes, e houve acordo para que ocorresse a votação do PDAF em segundo turno hoje, preservando isso.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, a discussão não é essa. É o seguinte: Eu tenho a informação de que foram apresentadas várias emendas, inclusive elas ainda estão sendo apresentadas. Eu só quero conhecê-las. Não é sobre o substitutivo, é sobre as emendas de plenário que estão sendo apresentadas.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito. Elas estão sendo apresentadas. A última foi apresentada agora, o que é normal. Vou passar para os Deputados. Está certo, Deputado Chico Vigilante?

Iremos votar aqui as moções e os requerimento, em bloco.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, eu estou mantendo os destaques dos itens nº 104, 105 e 106.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Itens nºs 104, 105 e 106 estão destacados. Perfeitamente.

Pessoal, quero lembrar essa regra, é o seguinte: Nós votaremos em bloco; os Deputados que quiserem fazer destaque de qualquer um dos itens que serão votados em bloco, faça o destaque para que ele seja votado em separado. Independentemente de a moção ser dele ou de outro Deputado.

Votação, em bloco, das seguintes moções e dos requerimentos:

Item nº 107:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 832, de 2017, de autoria dos Deputados Joe Valle e Raimundo Ribeiro, que "manifesta votos de louvor e parabeniza os servidores que menciona, responsáveis pela revisão e atualização dos livros Processo Legislativo e Funcionamento da Câmara Legislativa, 4ª edição, 2017, publicados pela Câmara Legislativa do DF".

Item nº 108:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 833, de 2017, de autoria da Deputada Telma Rufino, que "manifesta votos de louvor e parabeniza os servidores que menciona, responsáveis pela revisão e atualização dos livros Processo Legislativo e Funcionamento da Câmara Legislativa, 4ª edição, 2017, publicados pela Câmara Legislativa do DF".

Item nº 109:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 834, de 2017, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "manifesta votos de louvor e parabeniza os servidores do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Distrito Federal".

Item nº 110:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 838, de 2017, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que "manifesta moção de louvor aos atletas e professores abaixo especificados, medalhistas no Jogos Escolares da Juventude, edição 2017, categoria 12 a 14 anos".

Item nº 111:

Discussão e votação, em turno único, da Requerimento nº 3.095, de 2017, de autoria do Deputada Liliane Roriz, que "requer a realização de audiência pública para debater o projeto de concessão do Complexo Esportivo e de Lazer do Guará II".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 3.116, de 2017, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que "requer a dispensa da publicação da redação final dos projetos que especifica, para votação imediata da redação final".

(Assume a Presidência a Deputada Telma Rufino.)

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando as moções e os requerimentos; os que votarem "não" estarão rejeitando-os.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
7ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2017

DATA: 31/10/2017

MOÇÕES Nº	832/2017; 833/2017; 834/2017; 838/2017;
REQUER Nº	3.095/2017; 3.116/2017;
AUTORIA:	VÁRIOS DEPUTADOS — TURNO ÚNICO

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR				1		
3	CELINA LEÃO	PPS	1					
4	CHICO LEITE	REDE				1		
5	CHICO VIGILANTE	PT	1					
6	CLÁUDIO ABRANTES	SEM PARTIDO	1					
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD	1					
8	DELMASSO	PODEMOS	1					
9	JUAREZÃO	PSB	1					
10	JULIO CESAR	PRB	1					
11	LILIANE RORIZ	PTB				1		
12	LIRA	PHS	1					
13	LUZIA DE PAULA	PSB	1					
14	PROF. ISRAEL	PV	1					
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS	1					
18	RICARDO VALE	PT	1					
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD				1		
21	TELMA RUFINO	PROS	1					
22	WASNY DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB				1		
24	JOE VALLE	PDT	1					
	RESULTADO		18	0	0	6	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO APROVADOS	
18	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
6	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
18	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADO JOE VALLE

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis. Houve 6 ausências.

Estão aprovados os requerimentos e as moções.

(Assume a Presidência o Deputado Joe Valle.)

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria pedir que a gente votasse os itens destacados pelo Deputado Chico Vigilante: itens nºs 104, 105 e 106. Queremos votar os destaques.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Os três itens são de sua autoria?

DEPUTADO JULIO CESAR – Não. São de minha autoria e do Deputado Delmasso.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acato o pedido. Solicitarei a leitura das moções em separado.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como as moções destacadas têm conteúdo análogo, elas também podem ser votadas em bloco, no meu entender.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Eu gostaria de consultar o Deputado Chico Vigilante, que fez o destaque. Há acordo para votar em bloco as três moções, por terem conteúdos análogos?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vamos votar uma por uma, nominalmente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. A decisão é votar uma por uma. Na realidade, a votação é simbólica. Eu vou fazer a votação simbólica, e o Deputado que quiser, poderá se manifestar.

Item nº 104:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 809, de 2017, de autoria do Deputado Julio Cesar e Delmasso, que "manifesta repúdio à produção e lançamento do desenho denominado BIG MOUTH, série original da NETFLIX, com lançamento previsto para o dia 29/09/2017, que retrata jovens personagens se envolvendo em atividades sexuais, o desenho animado expõe pornografia infantil, promove a pedofilia e a desconstrução familiar".

Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, existe hoje um clima de intolerância no Brasil e no mundo. O bendito desenho nem foi lançado, os proponentes nem viram e já estão censurando. E mais: no Ministério da Justiça, ainda hoje tem o departamento de censura. Que diabos a Câmara Legislativa tem que ficar discutindo esse tipo de coisa? É muito ruim.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (PODEMOS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com toda a vênia ao Deputado Chico Vigilante, esses desenhos, primeiro, já foram lançados e estão sendo veiculados em horário inapropriado para crianças. Eu, como Presidente da CPI da Pedofilia, não posso ser conivente com um desenho que passa nos horários em que as crianças estão assistindo televisão, e que incentiva a prática sexual, da forma como está sendo colocada nesse desenho.

Com toda a vênia ao Deputado Chico Vigilante, eu vi o *trailer* dos desenhos que nós colocamos aí nessa moção de repúdio, e é um absurdo. Na realidade, o que está acontecendo é uma desconstrução da inocência das nossas crianças. Eu tenho certeza, o Deputado Chico Vigilante não deixaria o filho dele, ou a neta dele assistir a um *trailer* desse tipo de coisa.

Então, Deputado Joe Valle e Deputado Chico Vigilante, com toda a vênia, eu quero pedir a V.Exas. que votem favoravelmente a esta moção, em defesa não das famílias, mas das crianças do Distrito Federal e do Brasil. Nem vou pedir para passar a cena nos telões, porque o conteúdo é tão inapropriado, que na minha visão, até para um adulto, ficaria ruim de ver.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com todo o respeito ao Deputado Delmasso e ao Deputado Julio Cesar, que levantam a questão, a censura já acabou há muito tempo no País. A coisa de censurar seja filme, desenho, a gente tem visto intolerância e preconceito, principalmente com as comunidades LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros. Há a intolerância religiosa, a intolerância aumenta cada vez mais.

Então, um desenho que tem a cena de uma criança pelada, tudo agora é motivo para fazer um ato ou um repúdio, e para criar uma cortina de fumaça com objetivos que, na minha avaliação, tratam justamente de cada vez mais aumentar a intolerância e a censura em nosso País. Isso não cabe à Câmara Legislativa, existem órgãos de fiscalização e controle que analisam esses desenhos e o conteúdo deles. Isso não é matéria para a Casa.

Respeito a opinião deles, mas eu quero pedir aos Deputados que a gente não entre nesse debate.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Lira.

DEPUTADO LIRA (PHS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com relação à censura, eu acho que é competência da Câmara Legislativa legislar sobre assuntos que, de alguma forma, perturbem ou sejam confusos com relação à questão das crianças. Eu mesmo tenho uma netinha de um ano e seis meses. Ela aprende tudo que aparece nos desenhos, e fica repetindo isso no dia a dia. Eu acho que é preciso ter bom senso em relação a isso.

Respondendo ao colega presidencialista Deputado Ricardo Vale, a censura existe, inclusive nesta Casa. Quando se tenta prestigiar uma autoridade do porte de Dom Orléans e Bragança, isso foi censurado por S.Exa. Então, tem que haver bom senso nisso daí.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queridos Deputados, eu também quero me manifestar. Ouvindo com todo o respeito o Deputado Chico Vigilante e o Deputado Ricardo Vale, primeiramente quero dizer que nós não praticamos nenhuma intolerância com quem quer que seja. Nós respeitamos todas as crenças, todos os segmentos. Diferentemente do que o Deputado Delmasso falou, eu pediria a V.Exa., Presidente, que colocasse aqui a cena, para que cada um veja e tenha noção do que os nossos filhos estão vendo. Eu faço a pergunta do Deputado Delmasso aos Deputados: será que vocês teriam coragem de colocar seus filhos para ver uma cena como essa?

Eu particularmente não permitiria e não quero que meu... Claro que eu não tenho filho, mas, se eu tivesse filho, eu não permitiria que ele olhasse uma cena como essa. Agora, se tem gente que quer deixar o filho, desde a essência, já começar a ter contato com essas cenas terríveis, aí já não é o caso nosso.

É bom lembrar, Sr. Presidente, Deputado Joe Valle, que recentemente – acho que há duas ou três semanas –, em Goiânia, nós tivemos um incidente, Deputado Raimundo Ribeiro, de um garoto de 14 ou 13 anos que entrou na escola armado e matou quatro ou cinco pessoas. De onde veio essa violência, Deputado Wasny de Roure? Será que foi só do convívio com os pais ou foi porque, assistindo à televisão, viu movimentos de guerra, de luta que estão sendo passados pelas emissoras?

Então, na verdade, eu fico um pouco chateado ao ver que realmente as pessoas querem banalizar as questões das crianças. Nós não podemos permitir. Eu, como Vice-Presidente da Comissão de Pedofilia, não deixarei que tais coisas aconteçam e que haja essa situação. E deixo claro: não sou contra, não tenho nada contra

qualquer tipo de segmento. Agora não vou permitir situações como essa. E peço: vamos colocar o vídeo para o Deputado Chico.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Julio Cesar, por favor, passe o telefone.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, trata-se de uma moção do Deputado Delmasso. O Deputado Delmasso até me mostrou aqui a propaganda. Sem embargo do respeito que emprestamos a todas as opiniões, pessoal, isso aqui não tem nada a ver com essa história de LGBT, LGTB, sei lá, não tem nada a ver com isso. Eu vi a história da salsicha. É uma salsichazinha muito sem-vergonha mesmo. Eu vi. Deputado Chico Leite, ela é muito sem-vergonha mesmo, erotizada, faz sacanagem. É isso mesmo. É só dar uma olhada. E aqui não se trata de censura prévia, não é censura de coisa nenhuma. É porque destina-se a um público infantil num horário infantil. Então, isso é safadeza.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, na tentativa de findar esse debate inócuo, vou ser professor. Srs. Parlamentares, vocês todos que têm filhos, façam como eu. Eu tenho neto de 8 anos de idade. Na TV a cabo, há um controle remoto. É só acessar o controle remoto, digitar um código e bloquear o programa no horário que você quer. Ponto.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Fazer uma censura a um desenho que talvez um adulto queira assistir não está correto, porque se eu quiser ver o desenho? Eu sou maior de idade, eu posso.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Já me interessei com certeza. Já estava aqui na internet procurando o desenho. Então, é muito importante entendermos que quem tem que cuidar dos filhos são os seus pais. Existe algo que é sagrado que é o direito das pessoas de escolher o que querem assistir. Mas o menor de idade tem um responsável e o responsável por ele tem que tomar conta para que ele não assista a conteúdos que considere inadequados.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu acho que estamos perdendo tempo. Inclusive, eu tentei dar celeridade ao processo de votação no início. Quanto à questão dessa linguiça, até o pessoal do

PDAF se sentou de cansado. Então, eu queria que V.Exa. acelerasse aí, porque já são 17h34min, para vermos se cumprimos a Ordem do Dia.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Agaciel Maia, todos os Deputados aqui estão colocando e todos têm o direito de discutir o que acharem que devem discutir. Então, foi colocado pelo Deputado Delmasso, pelo Deputado Julio Cesar, e todos os Deputados estão querendo discutir. Eu estou à disposição.

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, é mais ou menos no mesmo sentido do Deputado Agaciel Maia. Nós já estamos no avançar da hora, os professores estão aqui, os diretores de escola e os diretores regionais estão aqui...

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Rafael Prudente, perfeito. Eu vou colocar em votação.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Vamos colocar logo essa votação, para que as pessoas que quiserem votar "sim" votem "sim". Quem quiser votar "não", que "vote" não. Logo em seguida, que possamos apreciar o PDAF, para liberar o pessoal que tem que trabalhar. Há muitos alunos aí que estão...

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – *Ok*, Deputado Rafael Prudente.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas fazer uma sugestão. Acho que podemos votar as três moções que são análogas em conjunto, até porque são todas da mesma forma. Acho que assim se resolve isso o mais... Vamos trazer cada uma à discussão? Elas têm o mesmo conteúdo.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acato a solicitação de V.Exa. Deputado Julio Cesar.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Israel.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu sou contra a censura obviamente. Eu vou me posicionar contrário hoje porque eu não entendi, mas, se é para colocar uma classificação indicativa, eu entendo que isso sim; para ter uma classificação, eu topo.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Mas a moção é para ter classificação indicativa?

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PODEMOS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a moção de repúdio é porque não tem classificação indicativa.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é só um informe importante quanto a esse desenho: a classificação dele é de 18 anos; ele não é voltado para criança. É só entrar no Netflix e ver que é de 18 anos a classificação do desenho.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, eu pergunto: o Netflix, que eu nem assisto, até porque eu não tenho dinheiro para ficar pagando... Quem é que assiste? É quem tem dinheiro. Diz aqui o Deputado Ricardo Vale que é de 18 anos. Eu, particularmente, agora que vi o bendito desenho. O Deputado Raimundo Ribeiro já viu também. O desenho está na segunda edição no mundo inteiro. Perdemos uma tarde inteira discutindo esse tipo de coisa. Quem tem que classificar o que o filho tem que assistir é o pai e a mãe.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Vamos colocar em votação as três moções em bloco.

Item nº 104:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 809, de 2017, de autoria do Deputado Julio Cesar e Delmasso, que "manifesta repúdio à produção e lançamento do desenho denominado *Big Mouth*, série original da Netflix, com lançamento previsto para o dia 29/09/2017, que retrata jovens personagens se envolvendo em atividades sexuais; o desenho animado expõe pornografia infantil, promove a pedofilia e a desconstrução familiar".

Item nº 105:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 810, de 2017, de autoria do Deputado Julio César e do Deputado Delmasso, que "manifesta repúdio à Netflix pela exibição do *trailer* da série original *Big Mouth* bem como pelo seu lançamento em 29 de setembro de 2017".

Item nº 106:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 811, de 2017, de autoria do Deputado Julio César e Delmasso, que "manifesta repúdio ao canal pago HBO pela exibição da animação de conteúdo adulto Festa da Salsicha".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam às moções permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

As moções estão aprovadas com a presença de 17 Deputados. Houve 6 votos contrários: Deputado Prof. Reginaldo Veras, Deputado Prof. Israel, Deputado Chico Vigilante, Deputado Ricardo Vale, Deputado Juarezão e Deputado Chico Leite. Houve 1 abstenção, do Deputado Joe Valle, e 7 ausências.

O Deputado Chico Vigilante pediu aqui as emendas ao PDAF de segundo turno. Foram distribuídas as emendas. Serão, logicamente, colocadas para apreciação das comissões em segundo turno.

Item nº 70:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 360, de 2015, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que "dispõe sobre o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira – PDAF", em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 1.674, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que "institui o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF) e dispõe sobre sua aplicação e execução nas unidades escolares e nas regionais de ensino da rede pública de ensino do Distrito Federal".

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (REDE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só queria recordar... Falei há pouco que concordo com a votação do PDAF e me empenhei muito, mas acho que precisávamos votar também o Projeto de Lei nº 1.762 logo em seguida.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Votaremos. É um acordo dos Líderes. Terminada a votação, em segundo turno, do PDAF, faremos a votação do Projeto de Lei nº 1.762, em primeiro turno.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também sou favorável ao PDAF. Ninguém tem dúvida do quanto tem ajudado as escolas, mas eu queria seguir o nosso Líder e dizer o seguinte: vamos votar primeiro o outro projeto em primeiro turno e depois votamos o PDAF e o outro em segundo turno. Acho que deveríamos fazer uma consulta aos Líderes presentes.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Julio Cesar, eu fiz a consulta, fiz o trabalho, ouvi a questão de ordem da Deputada Celina Leão, e a decisão do Colégio de Líderes foi a de votarmos primeiramente os projetos dos Deputados em segundo turno e depois os projetos do Executivo, como de praxe. Primeiro os projetos

dos Deputados, depois os projetos do Executivo, que é o que foi feito na semana passada, na terça-feira.

Então, em função de todos os Líderes aqui, houve um consenso no sentido de votarmos o PDAF em segundo turno e depois o projeto de empréstimo, que foi colocado em pauta, em primeiro e segundo turnos.

Eu gostaria de informar aos Deputados que já foi lido o item nº 70 da pauta, que estava na Ordem do Dia, que é a votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 360, de 2015. Os senhores já têm ciência disto, mas eu vou informar que foi detectada a falta do § 2º do art. 9º, quando da elaboração do substitutivo, referente à Emenda nº 1, de autoria da bancada do Partido dos Trabalhadores. Nesse sentido, já foi redigitalizado o novo texto na intranet, bem como já foi distribuído em avulso o novo substitutivo a todos os Deputados, para verificação.

Para não pairar dúvidas, submeto ao Plenário a Emenda nº 19, que foi o substitutivo destacado, para apreciação.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que forem favoráveis à Emenda permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

A Emenda nº 19, substitutivo, está aprovada com a presença de 17 Deputados.

Retificado.

Aprovado em primeiro turno, apresentadas 12 emendas de segundo turno ao Substitutivo, a Comissão de Educação, Saúde e Cultura; a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre as emendas de plenário.

Solicito ao Relator, Deputado Wasny de Roure, que emita parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura sobre as emendas de segundo turno ao substitutivo.

Lembro que logo em seguida votaremos o Projeto de Lei nº 1.762.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura acerca das emendas que foram apresentadas em segundo turno.

A Emenda nº 20 está acatada na forma da Emenda nº 27. A Emenda nº 21 está acatada na forma da Emenda nº 27. A Emenda nº 22 foi retirada. A Emenda nº 23 está acatada na forma da Emenda nº 27. A Emenda nº 24 está acatada. A Emenda nº 25 está acatada. A Emenda nº 26 está acatada na forma da Emenda nº 27. A Emenda nº 27 é uma emenda que sistematiza quatro dessas emendas, dá ordem a elas. A Emenda nº 28 foi retirada. A Emenda nº 29 foi retirada. A Emenda nº 30 está

acatada. A Emenda nº 31 está acatada. A Emenda nº 32 está acatada. A Emenda nº 33 foi rejeitada.

É o parecer. Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura sobre as emendas ao substitutivo está aprovado com a presença de 19 Deputados.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (REDE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria só fazer um registro. Já o tinha feito pessoalmente ao próprio Deputado Wasny de Roure. Fi-lo ao Deputado Cristiano Araújo aqui, outro dia.

O ideal, em um processo como esse do projeto do PDAF, que é trabalhado durante meses, é que não tivéssemos emendas de segundo turno. Eu estou votando as emendas confiando no Relator, Deputado Wasny de Roure, mas quero registrar que o ideal era que não houvesse emendas. Houve um processo coletivo, com a participação do Deputado Prof. Reginaldo Veras, Deputado Wasny de Roure, Deputado Cláudio Abrantes, V.Exa., do próprio Deputado Julio Cesar e do Deputado Cristiano Araújo. Enfim, o ideal é que não tivéssemos emendas de última hora. Tenho muito receio de coisas não amadurecidas. Quero fazer essa observação por dever de consciência.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito, Deputado Chico Leite. Mas foi feito um acordo na votação do PDAF, e estamos cumprindo o acordo.

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Agaciel Maia, que designe Relator para a matéria ou avoque a relatoria, lembrando que o Deputado Rafael Prudente é autor de emendas. Designe outro Deputado, por favor.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, o Deputado Rafael Prudente não fez emenda de segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Fez. Então, foram retiradas? Vai retirar?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Designo o Deputado Rafael Prudente, nos termos do acordo feito na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, de que o Deputado Prof. Israel faria a relatoria na comissão e S.Exa. faria em plenário. Então, vou cumprir esse acordo, Deputado Julio Cesar.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 | 10 | 2017	15h04min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Rafael Prudente, V.Exa. já retirou as emendas? Por enquanto, ainda existem as emendas. (Pausa.)

O parecer da CESC acatou as suas emendas? (Pausa.) *Ok.*

Solicito ao Relator, Deputado Rafael Prudente, que emita o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre as emendas de segundo turno.

Deputado Rafael Prudente V.Exa. deve retirar as emendas, porque eu tenho que chamar novamente o Deputado Wasny de Roure na hora da retirada.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sr. Presidente, só para registrar, eu vou retirar as emendas que foram acatadas pelo Deputado Wasny de Roure em seu parecer, que são as Emendas nºs 24 e 25, de minha autoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Solicito ao Deputado Wasny de Roure que retorne para fazer um novo parecer, levando em consideração a retirada das Emendas nºs 24 e 25, de autoria do Deputado Rafael Prudente. Retificar o parecer.

Solicito ao Relator, Deputado Wasny de Roure, que emita parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura sobre a matéria.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Educação e Saúde à Emenda de segundo turno, ao Projeto de Lei nº 360, de 2015, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que "dispõe sobre o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira – PDAF" em tramitação conjunta com Projeto de Lei nº 1.674, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que "institui o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF) e dispõe sobre sua aplicação e execução nas unidades escolares e nas regionais de ensino da rede pública de ensino do Distrito Federal.

Sr. Presidente, se o autor da emenda retirou as emendas, o Relator simplesmente tem que confirmar, mantendo o parecer anterior, excluindo a Emenda nº 24 e a Emenda nº 25, que haviam sido acatadas.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito! Retificado o parecer.

Solicito ao Relator, Deputado Rafael Prudente, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças do substitutivo ao Projeto de Lei nº 360, de 2015, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que "dispõe sobre o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira – PDAF" em tramitação conjunta com Projeto de Lei nº 1.674, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que "institui o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF) e dispõe sobre sua aplicação e execução nas unidades escolares e nas regionais de ensino da rede pública de ensino do Distrito Federal".

Sr. Presidente, a Emenda nº 20 foi acatada; a Emenda nº 21 foi acatada; a Emenda nº 22 foi retirada pelo autor, Deputado Cristiano Araújo; a Emenda nº 23 foi acatada; a Emenda nº 24 foi retirada; a Emenda nº 25 foi retirada; a Emenda nº 26 foi acatada na forma da Emenda nº 27; a Emenda nº 28 foi retirada pelo autor; a Emenda nº 29 foi retirada pelo autor; a Emenda nº 30, de autoria do Deputado Julio Cesar, foi acatada; a Emenda nº 31, de autoria Deputado Cristiano Araújo, foi acatada; a Emenda nº 32, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras e do Deputado Wasny de Roure, foi acatada; a Subemenda nº 33, de autoria do Deputado Prof. Israel, foi acatada.

Este é o voto e o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o que diz a emenda do Deputado Prof. Israel? Eu peço à assessoria que me ceda o processo.

A emenda do Deputado Prof. Israel diz o seguinte: é vedada a contratação, com recursos do PDAF, de serviços continuados, cocção de alimentos, limpeza, vigilância patrimonial, socorro, salvamento e saúde.

Ora, Sr. Presidente, se eu estou criando um programa de descentralização é porque a Secretaria de Educação vai disciplinar a matéria. E, em situações emergenciais, ou diante de eventualidades, as escolas não poderão contratar também.

O que nós temos aqui? Ocorre um problema na alimentação. Há crianças que têm um padrão; há outras que, por problemas de saúde, têm outro padrão. Agora, não, só pode comer aquilo que a secretaria... As excepcionalidades têm que ser admitidas.

Nós não quisemos dar tratamento nem de limpeza, nem de vigilância, porque vão dizer que nós estamos fazendo de acordo com a empresa a ou a empresa b, por isso que nós rejeitamos.

Eu estou achando muito estranho um parecer que a comissão de mérito rejeitou, e a matéria volta e é acolhida. Acho que há um estupro em matéria de parecer nesta Casa. O relator na Comissão de Educação e Saúde deu parecer contrário. Faça o destaque na votação do primeiro turno e derrube o parecer do relator.

Ora, como este Plenário, que votou anteriormente o parecer do relator, aprovando, agora dá um parecer de outra emenda? Além disso, é absolutamente antirregimental o que acaba de acontecer com a Emenda nº 33, se não me falha a memória.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Na realidade, eu vou chamar depois o Presidente da CCJ para fazer a relatoria.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, foi brilhante a análise do Deputado Wasny de Roure, lembrando que quase tudo que está na emenda o PDAF já proíbe. Agora, no que se refere à questão do item nº 1 do § 3º, na questão alimentar – há vários diretores de escola aqui –, um dos grandes problemas é que o recurso do PDAF hoje não pode ser utilizado para a compra, por exemplo, de tempero.

A gente sabe que os alimentos, a merenda, o que vem é o bruto, e a escola tem que se virar, inclusive, muitas vezes, tirando dinheiro de vaquinha, de vendinha, essas coisas, para comprar tempero, que é uma coisa simples. Então dá para a gente adequar isso aqui.

Eu entendo o argumento do Deputado Wasny de Roure, mas a prática... O Deputado Wasny de Roure está correto, mas, nessa questão de alimento, principalmente, é fundamental que a gente dê liberdade para o gestor até para ele melhorar a qualidade da merenda escolar.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só quero fazer um esclarecimento. Eu li a emenda do Deputado Prof. Israel. No Item nº 1, é cocção de alimento, é cozinhar. Não tem nada a ver com comprar alimento, ou tempero, ou macarrão, ou seja lá o que for, é só cocção, é cozinheiro. Não se pode contratar um cozinheiro para fazer a cocção do alimento, porque a secretaria já tem um contrato para isso. Pelo que está escrito, não tem nada a ver com compra de um alimento especial, não tem nada a ver com isso, pelo menos, no que está escrito aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Na realidade, Deputado Rafael Prudente, na questão do mérito, ela foi rejeitada. A CEOF verifica não o mérito, então V.Exa. aprovou a admissibilidade.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só quero ratificar a importância do que disse o Deputado Wasny de Roure. O ideal é que não se faça, mas, em caráter emergencial, absolutamente emergencial, a gente já viu escolas funcionando anos, ofertando somente aquele biscoito e suco justamente por não terem feito contratação de empresas que prestam serviços na área de merenda.

Se eu dou a flexibilidade para o gestor, ele pode, temporalmente e eventualmente, fazer uma contratação dessa para ofertar, pelo menos um dia por semana, um lanche diferenciado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Está havendo um engano, Sr. Presidente, porque a emenda não está falando disso. Deputado Prof. Reginaldo Veras e Deputado Wasny de Roure, a emenda está falando só de contratação de serviços continuados para preparação de alimentos, para limpeza, vigilância patrimonial, socorro e salvamento e saúde.

Acho que houve um mal-entendido, não estamos falando de compra de absolutamente nada. São serviços que já não podem mesmo ser contratados e que eu apenas repito aqui para garantir isso. Não se pode contratar esse tipo de serviço continuado.

Cocção de alimento, Deputado Wasny de Roure, significa cozimento e preparação, pelo menos, foi nesse sentido que eu fiz. Realmente, para comprar tempero, tem que ter possibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente e Deputado Prof. Israel, se a escola estiver vivenciando momentos, seja por uma enchente ou se for sobressaltada com um incidente em que precisa ser feita uma limpeza emergencial, ela não poderá contratar, porque quem contrata é a Secretaria de Educação, e aí ela fica uma semana... Nós precisamos, absolutamente, deixar excluída essa priorização por parte da Secretaria de Educação. Se eu tenho um quadro de uma atividade esportiva que precisa, eventualmente, de um reforço na vigilância, eu não posso ter, porque ali está vedada a utilização dos recursos do PDAF para qualquer tipo de reforço na vigilância. Se eu tenho um quadro excepcional, o PDAF não vai poder dar guarida e respaldo. É isso.

Cocção, todos nós sabemos, Deputado. Essa questão é elementar, que é cozimento, mas, naturalmente, determina o processo de compra da escola. A escola, naturalmente, é delimitada pelos contratos de merendeira que são feitos. Entende, Sr. Presidente?

Então, eu sou absolutamente contra. Podem derrubar o meu parecer. É só pedir destaque e derrubar. Isso é comum, mas não fazer o que aconteceu. Eu acho que há um quadro. Eu não entendo o tipo de assessoria que V.Exa. está tendo, e eu respeito. Se no mérito, a matéria já foi rejeitada, não há por que as demais comissões darem um parecer de uma matéria que já foi rejeitada no mérito.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel, para discutir.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Deputado Wasny de Roure, sobre a questão formal, eu até entendo que possa ter havido algum mal-entendido ou coisa parecida. Eu só queria lembrar que o objeto que

está sendo discutido padece de uma falta de compreensão. A emenda é muito clara: é vedada a contratação com recursos do PDAF apenas de serviços continuados. Ela não inclui emergenciais.

Então, nós podemos discutir. Eu gostaria de entender e vou pedir que a minha assessoria aprofunde isso para ver se houve algum problema formal, para ver se a gente deve olhar o seu parecer e interpretá-lo, mas o tema da emenda é muito restrito: somente serviços continuados. As emergências não são incluídas nessa emenda.

Então, somente para que não haja nenhum mal-entendido: não se está impedindo a compra de temperos, nem de produtos emergenciais, muito menos de serviços emergenciais.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, eu quero pedir a compreensão desta Casa e pedir o apoio de todos à emenda apresentada pelo Deputado Prof. Israel. Ela traz tranquilidade aos trabalhadores que estão nas escolas: merendeiras, trabalhadores de asseio e conservação e vigilantes. É isso.

A emenda proíbe a contratação de serviços continuados, que são esses. Não está dito e nem estará que não pode comprar tempero, que não pode fazer um reforço na carne, no chocolate ou no que se puder comprar. Agora, o que não pode é contratar serviço de vigilância e de limpeza continuado. É isso.

Então, eu peço o apoio desta Casa a essa emenda, porque ela é fundamental para dar tranquilidade a esses trabalhadores.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok, Deputado Chico Vigilante.

Na realidade, Deputado Wasny de Roure, V.Exa. pode destacar a emenda. Se quiser fazer o destaque da CEOF, podemos votar em separado.

Continua em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que emita parecer pela Comissão de Constituição e Justiça às emendas de segundo turno ao substitutivo.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trata-se de parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao substitutivo ao projeto de Lei nº 360, de 2015, de autoria do Deputado Cristiano

Araújo, que "dispõe sobre o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira – PDAF" em tramitação conjunta com Projeto de Lei nº 1.674, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que "institui o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF) e dispõe sobre sua aplicação e execução nas unidades escolares e nas regionais de ensino da rede pública de ensino do Distrito Federal".

Considerando os aspectos de constitucionalidade, legalidade, técnica legislativa e os demais exigidos pelo nosso regimento jurídico, voto pela admissibilidade do projeto em segundo turno.

Em relação às emendas, acatamos a Emenda nº 20, admitimos a Emenda nº 20; admitimos a Emenda nº 21; a Emenda nº 22 foi retirada; a Emenda nº 23 foi admitida. Repetindo, repetindo: a Emenda nº 20 é admitida na forma da Emenda nº 27; a Emenda nº 21 é admitida na forma da Emenda nº 27, seguindo relatório do Deputado Wasny de Roure; a Emenda nº 22 foi retirada; a Emenda nº 23 foi admitida na forma da Emenda nº 27; a Emenda nº 24 foi retirada; a Emenda nº 25 foi retirada; a Emenda nº 26 foi admitida na forma da Emenda nº 27; a Emenda nº 27 foi admitida; a Emenda nº 28 foi retirada; a Emenda nº 29 foi retirada; a Emenda nº 30 foi inadmitida e rejeitada; a Emenda nº 31 foi admitida; a Emenda nº 32 foi admitida; sobre a Emenda nº 33, fui convencido pelos argumentos do Deputado Prof. Israel e do Deputado Rafael Prudente, e foi admitida.

É esse o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Prof. Reginaldo Veras, a Emenda nº 30 foi rejeitada ou acatada? Há essa dúvida.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Foi inadmitida e rejeitada.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Inadmitida.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria pedir destaque da Emenda nº 30, que foi rejeitada só na CCJ e foi acatada na CEOF e na CESC.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não cabe destaque, Deputado Julio Cesar, na CCJ não. A Emenda nº 30 foi inadmitida.

Em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure para discutir.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse tema é bastante recorrente aqui na Casa. Vou ser absolutamente claro, às vezes esta Casa gosta de combinar água e óleo, e eles não combinam.

O que nós temos é o PDAF, que é um programa de descentralização de administração financeira. Se nós temos uma necessidade em determinada escola, nós

teremos a limitação estabelecida para atender outros tipos de interesse. Eu sei que a preocupação de quem apresentou a emenda é em relação aos contratos e às licitações. Durante todo esse processo, houve questionamento do PDAF pelas organizações empresariais que não tinham interesse, como é essa emenda. Essa emenda surgiu porque há um conjunto de empresas que tem interesse em manter o sistema das contratações na terceirização. É isso o que está acontecendo. É melhor o Português ser claro e assumir as bandeiras de interesse específico do que utilizar o subterfúgio. Isso nunca foi debatido e transitado. Tanto é verdade que é a última emenda. Por que que não foi a primeira emenda? Por que que não foi a primeira emenda? Porque as pessoas não se sentiam, os Deputados não se sentiam confortáveis em apresentar.

É isso o que está acontecendo. O Português tem que ser claro. Admito e defendo ostensivamente, mas não venham com subterfúgio para poder fazer da Secretaria de Educação um engessamento dessa ou daquela empresa.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Nessa discussão, Deputado Wasny de Roure, na realidade, tivemos duas comissões que deram pareceres. O próprio Deputado Chico Vigilante fez uma gestão positiva em relação à emenda.

V.Exa. sabe do meu posicionamento da descentralização total de todos os processos. Mas nesse sentido, quando se coloca serviço continuado, as contratações excepcionais são permitidas. No nosso entendimento! Não são contratações continuadas.

Eu, sinceramente, depois de discutir com todos os Deputados, sou a favor da descentralização total hoje, mas, venhamos e convenhamos que temos já diretores com problemas com esse processo, imagine se cada escola fosse contratar o seu serviço continuado desse processo. Então, eu acho que é um processo, é um processo em que estamos avançando na descentralização. Então, eu entendo assim, na discussão, que estamos avançando no processo de descentralização. O ideal vai ser quando chegarmos as escolas completamente independente e autônomas, que o PDE – Plano de Desenvolvimento da Escola tem, inclusive, uma previsão nesse sentido.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é só para colocar que a emenda é uma emenda muito curta. Estou falando da Emenda nº 33.

A Emenda trata da contratação de serviços continuados de cocção de alimentos, limpeza, vigilância, socorro e salvamento e saúde. Ela tem três motivações fundamentais. A primeira é que qualquer contratação de serviço continuado é milionária, a escola não teria esse recurso para fazê-la. É preciso, claro, proteger o gestor escolar, porque ele não deve fazer esse tipo de contratação. Essa contratação é feita pela Secretaria. A segunda é que o PDAF contrata por meio de cartas-convites,

nenhum dos serviços apresentados na emenda pode, por lei, ser contratados por cartas-convites porque são serviços continuados. É importante frisar isso. E, claro, são serviços que envolvem quantidades vultosas de recursos.

Então, eu não sei do que o Deputado que em antecedeu está falando, mas eu estou falando disso, desses assuntos.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria, inclusive, que o Deputado Wasny de Roure ouvisse.

Ninguém, Deputado Prof. Israel, está aqui defendendo interesse de empresa. O que estamos dizendo aqui é que escola para contratar é através de concurso público. É isso! O que estamos falando é que o serviço terceirizado tem que ser contratado através de licitação pública igual é feito e usando os trabalhadores regularmente preparados para o serviço. Vigilante tem curso de formação para vigilante, inclusive com extensão para as escolas; as merendeiras, a mesma coisa.

Portanto, é um engodo dizer aqui que os diretores de escolas vão poder contratar servidores com o PDAF, porque não vão, porque não há recursos que dê para isso. Até porque, no caso de contratação de pessoas, fica muito mais caro. Portanto, vamos falar do que é real, do que é verdadeiro. Não dá para chegar aqui e dizer: "Não, estão defendendo interesse de empresas". Eu defendo interesses de trabalhadores.

E a emenda, Deputado Prof. Israel, eu me somei a V.Exa. porque ela é muito clara na medida em que proíbe a contratação de serviço continuado através do diretor da escola. É isso.

Agora, para fazer um reparo, como já fazem hoje, contratarem um pedreiro ou um eletricista, pode, está aberto. Falta botar mais dinheiro. É isso. É disso que estamos falando, e não mais do que isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok, Deputado Chico Vigilante.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria só fazer uma colocação e também quero indagar o Presidente da CCJ e ao mesmo tempo Relator do projeto. S.Exa. disse que a emenda que nós apresentamos foi inadmissível. Até para que eu possa entrar, depois, com os meus argumentos, com recurso, eu precisava que S.Exa. explicasse. Só diz que foi inadmissível, que é inconstitucional, mas a gente quer saber quais foram os argumentos que S.Exa. levanta para impedir que essa emenda seja aprovada, até porque o que a gente quer é dar mais transparência à contratação.

E temos que deixar muito claro, temos que jogar com a verdade sobre o que é. Esse é um pedido do Sinduscon – Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal, e eu não entendo por que a Secretaria de Educação tem um medo, Deputado Rafael Prudente, tão grande do Sinduscon, que ficou aqui visitando alguns Deputados, a Secretaria, e pediu para que retirasse.

Acho que a gente tem que lutar pelos diretores, lutar pelas escolas. Acho que a gente não pode ser pautado pelo Sinduscon. Acho que nós temos que pautar naquilo que, realmente, faremos de melhor para a sociedade.

Eu estou muito perplexo de saber que a Secretaria de Educação, na pessoa do seu representante, está aqui lutando para acatar a sugestão do Sinduscon. A gente sabe que...

Eu estive recentemente nas escolas. Com 55 mil reais foi feita uma quadra de esporte, foi feita uma casinha de bonecas lá na escola. E sabemos que, se a gente fosse fazer a licitação pela Secretaria de Educação, uma obra dessa ficaria, no mínimo, quase 300 mil reais.

E agora a gente quer dar mais transparência, dar mais condições para que os diretores possam contratar nas suas escolas e, principalmente, adquirir equipamentos esportivos e fazer uma quadra de esporte, mas a CCJ recusa, apenas dizendo que é inadmissível. Ou seja – vamos falar a verdade: está sendo inadmissível porque o Sinduscon pediu.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Julio Cesar, V.Exa. pode apresentar o seu recurso que ele será analisado.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Julio Cesar deve ter interpretado de forma equivocada. Tudo o que S.Exa. falou é exatamente o contrário.

Se isso aqui constar da lei, vai favorecer justamente o Sinduscon. Imagine eu, cujo único vínculo com o setor da construção civil é meu pai, que é pedreiro, se eu vou defender empresa aqui? Pelo amor de Deus!

Então, vejam bem: isso aqui é justamente para que o Sinduscon não venha achar brechas para questionar as obras que vocês irão fazer, mas com toda a segurança jurídica, baseada nos critérios estabelecidos pela Lei nº 8.666, que já está especificada aqui nos artigos nºs 17 e 22.

Ou seja, como tudo o que tem que ser feito já está especificado nos artigos nºs 17 e 22, seguindo a lei de contratos e licitações – que nós diretores de escola, gestores, teremos que honrar para nos dar segurança jurídica e não sermos questionados depois – com mais flexibilidade. Isso aqui é para dar garantia para vocês,

e é para os grandes empresários não virem aqui meter a mão na grana do PDAF com as suas propostas superfaturadas.

Portanto, rejeição e inadmissibilidade da emenda.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Continua em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer sobre a emenda ao substitutivo está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Em discussão, em segundo turno, o Projeto de Lei nº 360, de 2015, em tramitação conjunta com Projeto de Lei nº 1.674, de 2017. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado em segundo turno, na forma do substitutivo, com a presença de 19 Deputados.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 360, de 2015, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que "dispõe sobre o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira – PDAF" em tramitação conjunta com Projeto de Lei nº 1.674, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que "institui o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF) e dispõe sobre sua aplicação e execução nas unidades escolares e nas regionais de ensino da rede pública de ensino do Distrito Federal".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1° turno, do Projeto de Lei n° 1.762, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que "autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com instituições financeiras internacionais, organismos multilaterais e bilaterais de crédito e bancos internacionais, com ou sem garantia da União e dá outras providências".

Tramitação concluída.

Foram apresentadas 7 emendas de plenário. A Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo; a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças; e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre as emendas de plenário.

A Presidência designa o Deputado Cristiano Araújo para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria. (Pausa.)

(Assume a Presidência a Deputada Telma Rufino.)

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo para emitir parecer sobre as emendas de plenário. (Pausa.)

Informo que são 8 emendas apresentadas. Solicito ao Relator que faça a leitura da última emenda, a de n° 8.

(Assume a Presidência o Deputado Joe Valle.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria. (Pausa.)

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PSD. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo às emendas de plenário ao Projeto de Lei n° 1.762, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que "autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com instituições financeiras internacionais, organismos multilaterais e bilaterais de crédito e bancos internacionais, com ou sem garantia da União e dá outras providências".

No âmbito da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, o parecer às emendas ao Projeto de Lei nº

1.762, de 2017, é: fica acatada a Emenda Aditiva nº 1, retirada a Emenda nº 2, e rejeitadas as Emendas nºs 3, 4, 5, 6.

Fica acatada a Emenda nº 1, rejeitadas o restante das emendas e retirada a Emenda nº 2.

É esse o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Estão rejeitadas as Emendas nºs 3, 4, 5 e 6. E as Emendas nºs 7 e 8?

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Estão rejeitadas.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Rejeitadas.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço destaque da Emenda Aditiva nº 5.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. Acato.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure para discutir.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Obrigado, França.

Sr. Presidente, nós fizemos uma discussão e saímos de lá com um acordo firmado, V.Exa. acompanhou. Houve o acordo de fazer a emenda valorizando o Córrego Sobradinho, e V.Exa. vem participando desse debate. A colaboração depois foi respaldada por um projeto em que o Deputado Delmasso trabalhou, anos atrás, na Secretaria de Meio Ambiente, sobre o Caminho das Águas. Eu, inclusive, hoje, liguei para ele e disse: "Rodrigo, você está se lembrando da emenda que foi acordada no Colégio de Líderes realizado no dia de ontem?" V.Exas., Líderes, são testemunhas dessa negociação que foi a primeira coisa e, inclusive, um dos respaldos para que o projeto fosse pautado no dia de hoje.

A segunda emenda, nós a fizemos dentro da particularidade, porque parte desse recurso vai ser dirigido para a região de Brazlândia. Existe um canal aberto, desde 1970, do Picard, e foi feito um trabalho interdisciplinar com vários órgãos do GDF com apresentação de um relatório. Fizemos apenas um indicativo de uma canalização para aproveitar – o Deputado Juarezão conhece mais do que eu, porque está havendo alguns assoreamentos, algumas ocupações de terra. De fato, foi um trabalho feito por esta Casa e o apresentamos na forma de uma sugestão para inclusão de um conjunto de obras que fará parte daquilo lá. Eu não consigo entender por que o Deputado Cristiano Araújo é contra. Eu acho que é um projeto meritório. Quem conhece a região de Brazlândia sabe que essa emenda vai fazer parte desse projeto

do governo. Houve uma identificação de um conjunto de Parlamentares e de órgãos do governo que participaram desse trabalho. Eu acho que é mais do que justo, e muito antes de o governo ter apresentado esse projeto, estavam lá os Deputados. Concordo, há uma emenda da bancada do Partido dos Trabalhadores que a equipe do governo é contra, porque eles entendem que ela desfigura o próprio projeto como um todo.

Eu acho muito difícil acolher esse parecer. Nesses termos, eu votarei contra o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está destacada.

Continua em discussão.

Discutirão as Emendas nºs 5, 8 e 3.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes para discutir. Depois, discutirá o Deputado Delmasso.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Eu quero destacar a Emenda nº 8, Sr. Presidente. Primeiramente eu quero dizer que esse projeto está sendo votado de maneira açodada.

V.Exa. recebeu, foi transmitido a todos os 24 Deputados Distritais, um expediente de diversas organizações ambientais do Distrito Federal pedindo mais discussão sobre esse projeto. A Ordem dos Advogados do Brasil pediu a mesma coisa. Então, vejam, um conjunto considerável da sociedade está pedindo que esse projeto seja discutido com mais amplitude. Se a sociedade está pedindo isso – são pessoas que militam diariamente no campo do direito ambiental, da área ambiental –, imaginem como é o teor desse projeto, o tanto de questões que podem ser duvidosas nele.

Quero inclusive informar que nós, há pouco, fizemos uma homenagem à nossa área técnica. Temos excelentes consultores, nosso corpo técnico é muito bom. A UDA – Unidade de Defesa Ambiental – deu um parecer contrário, Deputado Wasny de Roure. A orla do Lago tem quatorze unidades de conservação, Deputado Chico Vigilante. São quatorze. Alguma delas tem plano de manejo? Nenhuma. Nenhuma tem plano de manejo. Como vamos impermeabilizar a orla do Lago, sem um plano de manejo? Isso está no relatório da UDA. Então, nós temos que ter esse cuidado.

A nossa Emenda nº 8 visa justamente aliviar um pouco a tensão sobre essa parte. É impossível, nesses termos, acompanhar o voto do relatório, em que pese a importância que tem. O governo fez uma ação estratégica. Ele colocou dois canais extremamente importantes para o Distrito Federal do ponto de vista da crise hídrica, Deputado Wasny de Roure, Deputado Chico Leite, que é Santos Dumont e Rodeador, embutidos num projeto que é muito ruim tecnicamente. Então, a Emenda nº 8, da qual pedimos o destaque para aprovação, é no sentido de corrigir isso.

Ademais, há diversas outras questões, como excesso de recurso para capacitação. A capacitação do servidor está saindo por 200 mil reais. Tem limitações, mas no projeto original são 200 mil reais para capacitação do servidor. Então, temos

que avançar na discussão, sim. Estou encaminhando essa Emenda nº 8, pedindo destaque dela. É uma maneira de minimizar o impacto sobre a orla. É essa a nossa posição, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso. Depois falará o Deputado Chico Vigilante, o Deputado Agaciel Maia e a Deputada Celina Leão.

DEPUTADO DELMASSO (PODEMOS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com toda a vênia ao parecer apresentado pela comissão de meio ambiente, em relação à Emenda nº 3, que foi apresentada não por mim, mas de autoria de vários Deputados, eu queria destacar dois pontos. Primeiro, essa emenda foi discutida ontem no Colégio de Líderes. Eu queria ler a redação desta emenda e perguntar a V.Exas. qual crime ambiental essa emenda causa ao Distrito Federal.

A emenda diz o seguinte: "Os recursos provenientes do referido empréstimo poderão ser aplicados na execução do Projeto Caminho das Águas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal, priorizando o córrego Ribeirão Sobradinho". Essa emenda foi discutida ontem no Colégio de Líderes. Todos os Líderes que estavam presentes concordaram com a aprovação dela. Eu não entendi onde está o crime ambiental referente a essa execução.

Talvez alguém não conheça o projeto Caminho das Águas. Talvez eu queira entender um pouco por que está acontecendo esse crime ambiental, para haver a rejeição da emenda. Rejeita-se uma emenda na comissão de meio ambiente porque está se cometendo algum crime ambiental, na minha visão. No Fórum Mundial da Água, em 2018, esse projeto, Deputado Wasny de Roure, Deputado Chico Vigilante, Deputado Ricardo Vale, Caminho das Águas, foi gestado no governo passado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal. Eu era subsecretário de projetos especiais. Ele foi idealizado por uma subsecretária que continuou no atual governo, a Maria Silva Rossi, que foi superintendente do Ibama aqui no Distrito Federal na gestão do ex-Presidente Lula.

Só para explicar à sociedade o que é o projeto Caminho das Águas, trata-se de um projeto de revitalização de todos os córregos que abastecem a Bacia do Paranoá. Os córregos estão assoreados, e não estão conseguindo abastecer a Bacia do Paranoá e a Bacia do Descoberto. Nós estamos vendo que a Bacia do Descoberto está hoje com menos de 7% porque os córregos estão assoreados por causa das invasões, por causa da falta de manutenção, por causa da falta de manutenção da mata ciliar desses córregos. Esse projeto tem por objetivo, Deputado Ricardo Vale, revitalizar esses córregos para garantir a segurança hídrica do Distrito Federal.

Quando eu digo que os recursos provenientes desse empréstimo poderão ser utilizados, nós acreditamos, Deputado Chico Vigilante, que quando o governo for fazer a licitação, esta não vai sair do valor que está expresso no convênio ou no contrato. Ela vai sair menor. Se houver otimização dos recursos, nós já estamos autorizando o

Governo do Distrito Federal a utilizar o recurso do empréstimo, Deputado Joe Valle, para a execução desse projeto.

A minha pergunta é: onde está o crime ambiental em colocar nesse projeto a autorização para que os recursos provenientes desse empréstimo possam ser utilizados na implantação desse projeto? Eu digo: se esse projeto tivesse saído do papel, com certeza não estaríamos vivendo esta crise que nós estamos vivendo no Distrito Federal. Então, vou pedir destaque dessa emenda. Quero pedir aos nobres Parlamentares que votem no destaque, aprovando essa emenda da comissão de mérito.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputado Delmasso.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para começar, vim dizer ao Deputado Wasny de Roure que uma emenda do Deputado Agaciel Maia, que foi acolhida, é idêntica a uma do PT que foi rejeitada. Portanto, não houve muito critério.

Eu quero chamar a atenção da população do Distrito Federal, e de uns seis telespectadores que ficam assistindo às sessões através do canal na *web*. Deve haver umas seis pessoas assistindo. Pelo menos elas vão tomar conhecimento, Deputado Chico Leite. Eu também gostaria que a imprensa aqui presente se atentasse a esse caso. É um projeto em que o governo faz uma propaganda danada, dizendo que quer captar para não faltar mais água e tal, mas está mentindo. Está mentindo! O governo diz tudo isso, e depois ele pega 25% do valor, Deputado Rafael Prudente, de 100 milhões que ele vai captar, para projetos de consultoria.

O que estou dizendo está escrito aqui. Vejam bem, nós estamos detalhando, reservando só 3% para consultoria. O detalhamento do projeto Brasília Capital das Águas, apresentado à Casa em mensagem aditiva do Governador, revela que dos US$ 41.100.000,00 (quarenta e um milhões e cem mil dólares americanos), serão aplicados em consultoria, estudo, elaboração de projeto e capacitação, US$ 7.895.144,50 (sete milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, cento e quarenta e quatro dólares e cinquenta *cents*), o que dá, Deputado Wasny de Roure, o total de US$ 25.656.296,12 (vinte e cinco milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, duzentos e noventa e seis dólares e doze *cents*).

Eu pergunto: em uma cidade em que está faltando água, não querem recuperar o Córrego do Rodeador, os canais do Rodeador, mas há 25 milhões para destinar a projetos, consultorias e capacitação. Portanto, o Governo Rollemberg está mentindo para a população do Distrito Federal. É mentira! Quem votar aqui, tenha clareza de que está votando num engodo, está votando para liberar às burras 25 milhões de reais para capacitação – a gente sabe o que são esses cursos de

capacitação – e consultoria. A gente sabe como são as consultorias. O restante, vão gastar no embelezamento da orla.

Enquanto ele embeleza a orla do Lago, continuam os parques, inclusive lá na Ceilândia, abandonados do jeito que estão. Enquanto ele embeleza o Lago, continua o Parque da Cidade aqui... Aí eu faço minhas as palavras do competente jornalista Renato Riella, que dizia, outro dia, da loucura que está sendo feito com a orla do Lago quando não se cuida do Parque da Cidade. Está completamente abandonado e largado o Parque da Cidade.

Portanto, eu peço aos Deputados e Deputadas aqui presentes: vamos aprovar essa emenda. Vamos moralizar a questão. Vamos acabar com essa farra das consultorias. Vamos acabar com isso. Quem são os consultores que vão ganhar 25 milhões neste momento em que vivemos, numa situação de falta de recurso, no momento em que falta água? Quem são eles? Deputado Agaciel Maia, tenho muito respeito por V.Exa., mas não posso votar um negócio desse. Espero que esta Casa reflita, até porque base de governo não é só para botar o pescoço na forca e ser enforcado, não. Quem é base de governo aí depois vai prestar conta para a sociedade desse absurdo.

Vou repetir: R$ 25.656.219,62 (vinte e cinco milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, duzentos e dezenove reais e sessenta e dois centavos) para consultorias e capacitação. É isso, Brasília, o que está acontecendo. É isso, população que me assiste neste momento através da TV Web, que o Sr. Rollemberg está fazendo. É inaceitável. Não podemos compactuar com esse crime contra a cidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nunca se viu tanta discussão em torno de um projeto de captação de recurso. Nós sabemos que o BID é extremamente criterioso. Houve uma discussão na reunião de líderes. Houve duas reuniões de líderes a respeito. Foi levantado esse problema de se fixar, no máximo, em 3% o problema da consultoria. Nós apresentamos uma emenda. O PT apresentou igual. Eu podia até ter rejeitado a minha, porque houve uma recomendação dos líderes para se fazer esse limite. Por isso que eu apresentei e assinei.

Eu quero assumir uma posição aqui perante os colegas sem consultar o governo e quero também pedir perdão ao Deputado Cristiano Araújo. Algumas emendas foram colocadas. Eu quero sugerir que as emendas que foram destacadas, Sr. Presidente, sejam votadas em bloco. E eu encaminho o voto favorável à aprovação das emendas destacadas. Inclusive a emenda que foi debatida pelo PT, do Deputado Wasny de Roure, eu retiro, já que tem os 3% da emenda dele. Eu sugiro que a minha emenda seja retirada e que as emendas destacadas sejam votadas favoravelmente. Que possamos votar isso em primeiro turno sem nenhuma questão. Esse é o meu encaminhamento como Líder do Governo, Sr. Presidente.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	**Horário Início**	**Sessão/Reunião**	**Página**
31 | 10 | 2017	15h04min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	64

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – *Ok.* Eu tenho só que pedir então ao...

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu quero fazer uma reflexão aqui com os colegas.

Quando esse governo mudou o *slogan* de Governo do DF para Governo de Brasília, pensávamos que era só mau gosto mesmo, mas, como ele tem tratado as regiões administrativas, acreditamos que é realmente a bandeira desse governo governar somente para o Plano Piloto. E ele ainda é rejeitado no Plano Piloto pelo tanto que ele é ruim. Sabe por quê, Deputado Joe Valle? Por mais que a pessoa more aqui no Plano Piloto, ela tem respeito e consideração com as pessoas que moram nas regiões administrativas.

Do ponto de vista que foi, inclusive, citado aqui pelos colegas, esse projeto é altamente preconceituoso com as regiões administrativas. Nós estamos falando aqui de quase 65% desses recursos sendo investidos somente na orla do Lago Paranoá. Há algumas reflexões aqui que precisam ser feitas. Está aqui o Deputado Ricardo Vale, da Bancada do PT, que sabe como está o Parque Canela das Emas lá em Sobradinho. O Deputado Chico Vigilante, da Ceilândia, bem colocou sobre aquele parque da Ceilândia. A Deputada Luzia de Paula é da Ceilândia. Na região do Deputado Lira, temos parques que foram criados, como o Parque do Bosque, mas que ainda não foram implementados.

Eles falam aqui em 60 milhões, mas precisamos fazer essa conversão. Nós estamos falando de 1999 nove milhões de reais, quase duzentos milhões de reais, para serem aplicados. Até agora, eu leio essa planilha, releio e não consigo entender como é que o GDF quer gastar esse recurso.

"Não, nós temos que fazer elaboração de plano de manejo." Que eu saiba, quem deveria fazer plano de manejo é a Secretaria de Meio Ambiente, que usa os técnicos e não gasta nenhum centavo, porque são servidores públicos concursados. Ele vai contratar servidor para fazer isso? Ele vai contratar consultoria? Sabemos que os maiores escândalos de corrupção do Brasil são em cima de consultoria. E nós estamos dando um papel em branco para que o governo contrate aí, desses 199 milhões, 35% de consultoria: "Não, nós temos que fazer o plano de manejo." Ora, eles estão fixando um projeto para fazer o projeto do projeto do projeto. Pelo amor de Deus, Sr. Presidente. Se esta Casa der essa autorização em branco para o governo, todos nós seremos responsabilizados. Se nós temos lá condição de buscar 199 milhões e apresentamos uma carta nesse sentido, desculpe-me, mas quem apresentou essa carta aqui para o FONPLATA – Fundo Financeiro de Desenvolvimento da Bacia do Prata, ele nunca andou em Brasília, ele não conhece as necessidades dessa cidade, ele não sabe realmente o que se precisava fazer.

Embelezar a orla do Lago. Olha aqui, Sr. Presidente: para o Projeto Orla, são quase trinta milhões de dólares. Aonde vai se enfiar tanto dinheiro? Nós temos que ter muito bom senso aqui. Nós não seremos cobrados só por essa legislatura. Eu já estive

muitas outras vezes na oposição fazendo algumas observações que depois vieram à tona como verdades, Sr. Presidente.

Nós temos acordo nem no Colégio de Líderes sobre esse projeto. Se formos parar para pensar, as emendas que foram feitas aqui pelos colegas, praticamente, definem o mesmo cerne. Ninguém desta Casa aqui quer impedir que o governo busque recurso, não. Nós temos esse entendimento: o governo deve buscar recurso. Mas precisamos fazer duas observações: primeiro, esse recurso não é dado, ele vai ser pago, nós vamos ter que pagar por esse recurso. Será que, de tivéssemos hoje duzentos milhões de reais, seriam essas as prioridades?

Sr. Presidente, V.Exa. está aí à frente da Câmara em Movimento. Nós fomos em todas as regiões administrativas. Será que a população de Ceilândia, de Samambaia, de Sobradinho...

O Deputado Cláudio Abrantes foi brilhante em uma colocação: para se justificar o excessivo gasto com o Projeto Orla, coloca-se aí um pedacinho para os agricultores, para que os agricultores tenham a expectativa de ter uma melhor captação de água. Ora, se a boa vontade é para trazer a questão da gestão e da captação de água, vamos colocar uma emenda aqui, Sr. Presidente. Aprovamos o crédito, mas o projeto vai ter que ser discutido aqui na Câmara no futuro para sabermos onde vai ser gasto esse recurso, porque não tem como aprovarmos esse crédito no formato em que ele está, com a tabela que foi trazida aqui para nós em anexo.

Todas as emendas – eu acredito que, talvez, precisaremos pedir o destaque de todas, para discutirmos uma a uma – são importantes, Sr. Presidente. Seja a emenda que limita a três por cento a elaboração dos projetos, que são projetos de elaboração, seja o quantitativo que vai ser gasto onde. Eu tenho certeza. "Ah, nós vamos perder o recurso." Sr. Presidente, esse dinheiro não é dado, esse dinheiro é um empréstimo. Se for para usar recurso onde a população não quer, é melhor que se perca e que se busque novamente com outro plano de elaboração. Vamos fazer aqui, nesta Casa. Quantos parques nós temos em Brasília? Quantos mananciais nós temos que proteger na cidade? "Ah, os planos de elaboração de planos de manejo".

Ora, este governo, em três anos, não conseguiu elaborar os planos de manejo e quer agora usar os recursos do FONPLATA – Fundo Financeiro de Desenvolvimento da Bacia do Prata para fazer o plano de manejo dessas áreas. Eu tenho certeza de que, se ele fizesse uma parceria com uma dessas universidades públicas como a UnB e até com universidades particulares, conseguiríamos esse plano de manejo de graça. Poderíamos pegar os Deputados das cidades e colocar na responsabilidade de cada um deles ajudar na elaboração do plano de manejo, para que tivéssemos um investimento gasto na preservação das águas. Basta dizer, Sr. Presidente: é tão fático o que estou falando, que, na questão da água de Sobradinho e de Planaltina, há três anos que o DF/TV noticia o tempo todo que o córrego está sendo assoreado, e não foi tomada nenhuma providência. Quando perguntamos aqui ao Presidente da Adasa – V.Exa. estava nessa reunião – por que não haviam sido tomadas as providências, ele

disse que não poderia fazê-lo porque essa seria uma atitude da Secretaria de Meio Ambiente. Eu não vi um relatório da Secretaria do Meio Ambiente aqui, Sr. Presidente. Cadê a anuência da Secretaria de Meio Ambiente?

Então, o que estamos discutindo... Eu vou pedir o destaque de todas as emendas, Sr. Presidente, porque quero discutir uma por uma. Como muito bem disseram os Deputados que me antecederam... Até o Deputado Chico Vigilante, que sempre foi muito parceiro e amigo, que sempre ajuda, fez uma observação aqui que é muito grave: não é uma questão de ser Deputada da Oposição. Muitos Deputados da própria Base têm questionamentos sobre esse projeto.

Então, faço essas observações e já vou fazer o pedido de destaque de todas as emendas. Obrigada, Sr. Presidente.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em decorrência do novo posicionamento tomado pela Deputada Celina Leão, que vai de confronto à orientação dada por mim, no sentido de ser um facilitador para que possamos aprovar o projeto, considerando que ela já pediu destaque de todas as emendas e como a Emenda nº 7, de autoria de S.Exa., e a Emenda nº 8, do Deputado Cláudio Abrantes, confrontam-se, como Líder do Governo, minha orientação é no sentido de aprovarmos os destaques das emendas, com exceção das Emendas nº 7 e nº 8, que são conflitantes.

É a minha orientação, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Na realidade, foi feito o destaque, mas vamos ver a questão das comissões, que precisam se manifestar sobre as emendas.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, se é esse o argumento do Deputado Agaciel Maia, eu me contento com a emenda do Deputado Cláudio Abrantes. Podem manter a emenda do Deputado Cláudio Abrantes.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Quero só fazer um questionamento.

Nós estamos discutindo o parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, que acata apenas uma emenda. Esse mesmo parecer retira e rejeita o restante das emendas, e essas emendas, então, foram destacadas.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Apenas uma questão. Eu solicitaria, se a Mesa assim entender, que o Deputado Cristiano Araújo pudesse se pronunciar a respeito das oito emendas colocadas, com o entendimento dado às Emendas nº 7 e nº 8. Então, o Deputado Cristiano Araújo poderia, para facilitar, retificar o seu parecer, acatando as Emendas de nºs 1 a 6. Isso facilitaria, porque ficariam destacadas apenas as Emendas nº 7 e nº 8, o que daria celeridade ao processo de votação.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PSD. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como ainda estamos em discussão do parecer, em virtude também do consenso para seguirmos o trâmite do projeto, indago a V.Exa. e à Mesa Diretora se posso refazer o meu parecer de acordo com a nova orientação da Liderança do Governo.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acato a solicitação do Deputado Cristiano Araújo e solicito que S.Exa. emita o parecer, pela Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, às emendas apresentadas.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PSD. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo às emendas de plenário ao Projeto de Lei nº 1.762, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que "autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com instituições financeiras internacionais, organismos multilaterais e bilaterais de crédito e bancos internacionais, com ou sem garantia da União e dá outras providências".

No âmbito da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, fazendo referência às emendas, vamos acatar as Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5 e 6. As Emendas nºs 7 e 8 ficam prejudicadas.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Eu tenho uma dúvida. A nº 2 havia sido retirada. Ela continua retirada?

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – A Emenda nº 2 fica retirada. A Emenda nº 6, acatada. As Emendas nºs 7 e 8, rejeitadas. (Pausa.)

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a bancada do Partido dos Trabalhadores está retirando a Emenda nº 4 em benefício da Emenda nº 8.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nós vamos pedir a retirada da nossa Emenda nº 7 em benefício da Emenda nº 8 também. Esse é o acordo, porque o governo está acatando a Emenda nº 8, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que nos contempla. Então, eu estou retirando a Emenda nº 7.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Então temos o pedido de retirada da Emenda nº 4 e da Emenda nº 7. (Pausa.)

A Presidência vai suspender os trabalhos por 15 minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 19h02min, a sessão é reaberta às 19h05min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está reaberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, reiniciamos os nossos trabalhos.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, consultados os Deputados sobre a emenda... Eu venho tentando ser um facilitador nesse processo de votação para que a gente avance, mas a Emenda nº 8, do Deputado Cláudio Abrantes, é uma emenda que, se não fosse no formato de captação de recursos com um banco internacional, seria louvável. Mas, consultados todos os Deputados, junto com o pessoal da Secretaria de Planejamento, a Emenda nº 8 mutila o processo, ela desconstrói o processo, é a mesma coisa de a gente não votar, porque teria que levar toda essa discussão.

Então, eu queria fazer uma orientação ao Deputado Cristiano Araújo. Que a gente possa rejeitar as emendas que realmente vão na espinha dorsal do projeto, e elas podem ser destacadas e depois submetidas ao Plenário. Se elas forem aprovadas, paciência, faz parte da democracia.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. Acato a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só quero saber do Líder do Governo quais as emendas que ele está acatando.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Sim. Vai para o relator agora. Eu vou passar a palavra para o relator, que está refazendo...

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Não. Eu preciso saber do Líder do Governo que emendas eles estão acatando, porque eles tinham acatado todas.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Mas, Deputado Chico Vigilante, quem faz e acata é o Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, o relator.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é apenas para explicar que a orientação é pela rejeição das Emendas nºs 4, 7 e 8, podendo ser destacadas e votadas pelo Plenário. Então eu vou passar a palavra para o Deputado Cristiano Araújo.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.

O Deputado Cristiano Araújo irá refazer o parecer sobre as emendas.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PSD. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo às emendas ao Projeto de Lei nº 1.762, de 2017, que "autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com instituições internacionais, organismos multilaterais e bilaterais de crédito e bancos internacionais, com ou sem garantia da União e dá outras providências".

De acordo com a orientação da liderança do governo, somos pelo acatamento da Emenda nº 1 – a Emenda nº 2 foi retirada –, pelo acatamento da Emenda nº 3, pela rejeição da Emenda nº 4, pelo acatamento da Emenda nº 5, pelo acatamento da Emenda nº 6, pela rejeição da Emenda nº 7 e pela rejeição da Emenda nº 8.

A assessoria técnica do PT está informando que a Emenda nº 4 foi retirada pelo partido. Então a Emenda nº 4 foi retirada.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Então está retirada. A Emenda nº 7 tinha sido retirada pela Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu ia fazer uma solicitação justamente nesse sentido. Eu havia retirado a emenda porque eles iriam acatar a emenda do Deputado Cláudio Abrantes. Como não acataram, voltaram atrás no acordo, a minha emenda fica mantida, e eu continuo com o destaque. Sr. Presidente, eu fiz o destaque de todas as emendas também.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. Então foi retirada a Emenda nº 4 – o PT a retirou –, foi rejeitada a Emenda nº 8, foi rejeitada a Emenda nº 7, foram

acatadas as Emendas nºs 5 e 6, foi acatada a Emenda nº 3, foi retirada a Emenda nº 2 e foi acatada a Emenda nº 1.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – O senhor fez o parecer ao contrário, Sr. Presidente, mas foi muito bem feito.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, somente para manter o destaque da Emenda nº 8.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. Então estão destacadas as Emendas nºs 7 e 8.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estou ao lado dos Deputados que estão discutindo as emendas e eu agora não entendi mais nada, porque o Deputado Agaciel Maia disse que ia acatar todas as emendas, até a Emenda nº 7, apenas havia um confronto entre a 7 e a 8, portanto, uma poderia ser acatada ou não.

Obviamente, com essa sugestão de parecer do Deputado Agaciel Maia, não existiria, dentro desse projeto, o gasto com o Projeto Orla de mais 100 milhões de que a Deputada Celina Leão falou. Dessa forma, com todas essas retiradas que houve – eu questiono o Líder do Governo e o Relator –, acaba que o projeto continua com esses 100 milhões de reais. E a gente tem que tomar muito cuidado, já que, infelizmente, em outros governos, a gente tinha quase trimestralmente a apreciação de empréstimos, até porque Brasília ainda tem uma condição muito grande de contrair novos empréstimos, pois o seu endividamento ainda é muito baixo. E eu acho que o primeiro que a gente aprecia aqui é para um projeto, como já foi dito aqui, extremamente preconceituoso.

Eu sou favorável a esse empréstimo, mas desde que seja utilizado para algo útil para a cidade. Nós estamos passando por uma crise hídrica aqui, que esse recurso seja utilizado para combate à crise hídrica.

A gente tem que tomar muito cuidado, Deputada Celina Leão, com essa questão de consultoria, como foi dito aqui. A última consultoria do BID que o governo contratou deu um trabalho para essa Câmara absurdo, que foi a contratação do Sacha Reck da consultoria. Eu fiquei mais de um ano preso dentro de uma CPI. Eu, o Deputado Bispo Renato Andrade e o Deputado Raimundo Ribeiro. Então, a gente tem que tomar muito cuidado quanto a isso.

Esse gasto com a orla de mais de 100 milhões de reais pode construir mais de dez viadutos, para as entradas em São Sebastião, no Riacho Fundo, no Paranoá, no Itapoã, no Sudoeste, também, no Recanto das Emas, no Riacho Fundo II. Nós

podemos construir mais de dez unidades básicas de saúde. Podemos, aqui, Deputado Cláudio Abrantes, dar um aumento para a Polícia Civil, que está jogada às traças. Inclusive, está em greve de 24 horas. Eu tenho certeza de que o governo pode utilizar esse recurso para muitas outras coisas que seriam muito mais benéficas à população.

Parabenizo o governo porque articulou um novo empréstimo, mas que ele seja utilizado num lugar melhor para que traga benefício, não só para a população do Lago Sul e do Lago Norte, mas para todas as regiões administrativas, já que nós temos mais de trinta.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok, Deputado Rafael Prudente.

Relembro que estamos trabalhando aqui com as emendas. A Emenda nº 1 foi acatada, a Emenda nº 2 foi retirada, a Emenda nº 3 foi acatada, a Emenda nº 4 foi retirada, a Emenda nº 5 foi acatada, a Emenda nº 6 foi acatada, a Emenda nº 7 foi rejeitada e a Emenda nº 8 foi rejeitada.

Continua em discussão o parecer da CDESCTMAT. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre as emendas de nºs 1 a 8.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, às emendas relativas ao Projeto de Lei nº 1.762, de 2017, que "autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com instituições financeiras internacionais, organismos multilaterais e bilaterais de crédito e bancos internacionais, com ou sem garantia da União e dá outras providências".

Sr. Presidente, eu não vou fazer parecer pela inadmissibilidade para permitir que as emendas sejam votadas. Então, quanto ao parecer da CEOF, respeitando os nobres colegas que destacaram as emendas, irei na mesma linha do parecer do Deputado Cristiano Araújo: acato a Emenda nº 1; a Emenda nº 2 foi retirada; a Emenda nº 3 foi acatada; a Emenda nº 4 foi retirada; a Emenda nº 5 foi acatada; a Emenda nº 6 foi acatada; as Emendas nºs 7 e 8 foram rejeitadas.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure para discutir.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu tenho que reconhecer a habilidade do Deputado Agaciel Maia e a

compreensão do Deputado Cristiano Araújo. Eu acho que política se faz admitindo o que os colegas constroem e semeiam e como valorizam aquilo que está com base no interesse público. Então, eu quero felicitar a compreensão. Eu sei que a equipe do governo está aqui, talvez não muito satisfeita, mas esse é o processo político. Por isso esta é uma Casa de opiniões bastante heterogêneas. Eu quero, portanto, registrar o agradecimento e o reconhecimento do esforço dos colegas. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok, obrigado.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o parecer foi apresentado. Eu só gostaria de saber os fundamentos da rejeição, porque tudo na vida tem que ter uma motivação. Não basta eu chegar aqui e dizer que o Presidente é feio, eu preciso mostrar que o olho dele é igual ao do Cerveró. Então, seria importante o Deputado Agaciel Maia ou o Relator, não sei bem quem relatou, justificar a rejeição, até para que a gente pudesse ter os fundamentos, quem sabe com a concordância ou a discordância.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Deputado Raimundo Ribeiro, apenas foi alterado o artigo 1º do projeto, tanto na Emenda nº 7 como na Emenda nº 8, o que desfiguraria o projeto como um todo, a estrutura do projeto todo que vem sendo construída inclusive junto ao Banco Mundial. Nós colocamos as dúvidas que existiam sobre os valores das consultorias e, por sugestão em reunião de Líderes, nós colocamos a emenda, e o PT colocou 3% como limite máximo, que é o limite de manual de consultoria, de acordo com a legislação.

Portanto, todas as sugestões, com exceção das que atingiam de morte o projeto, que eram a Emenda nº 7 e a Emenda nº 8, nós acatamos. Só por esse motivo nós rejeitamos as Emendas nºs 7 e 8, que modificavam o artigo 1º e desfiguravam o projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Ressalvados os destaques, o parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados. Houve 2 abstenções: da Deputada Celina Leão e do Deputado Raimundo Ribeiro.

Solicito ao Relator da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, designo a Deputada Celina Leão.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Prof. Reginaldo Veras, a emenda é de autoria da Deputada Celina Leão, mas S.Exa. vai retirar a Emenda nº 7 e vai fazer o parecer sobre a Emenda nº 8. Foram retiradas as Emendas nºs 2, 4, 7.

Solicito à Relatora, Deputada Celina Leão, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, trata-se de parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.762, de 2017, que "autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com instituições financeiras internacionais, organismos multilaterais e bilaterais de crédito e bancos internacionais, com ou sem garantia da União e dá outras providências".

Somos pela aprovação da Emenda nº 1, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que coloca a questão dos 3% para as despesas de elaboração de projetos técnicos de engenharia, como limitação. Somos favoráveis a essa emenda. A Emenda nº 2, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, foi retirada. Quanto à Emenda nº 3, de autoria de vários Deputados, somos pela aprovação. A Emenda nº 4 foi retirada pelo Partido dos Trabalhadores. Sou favorável à aprovação da Emenda nº 5, Sr. Presidente. Sou favorável à aprovação da Emenda nº 6. A Emenda nº 7, que é de minha autoria, foi retirada. Sou favorável à aprovação da Emenda nº 8, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes.

É o parecer da CCJ, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.762, de 2017. (Pausa.)

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (REDE. Sem revisão do orador.) – Uma dúvida, Sr. Presidente, ao aprovar o parecer da CCJ, o projeto tomou outro contorno ou não?

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não.

DEPUTADO CHICO LEITE – A admissibilidade ficou nos moldes da CEOF, é isso?

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Isso. Na realidade, foram destacadas as emendas.

DEPUTADO CHICO LEITE – Obrigado.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – É só para fazer um esclarecimento, Sr. Presidente.

Deputado Chico Leite, qual é a diferença do meu parecer para o parecer do Deputado Agaciel Maia? Eu retirei a minha, acatei conforme o relatório do Deputado Agaciel Maia, mas acatei a emenda do Deputado Cláudio Abrantes. Então, qual é a diferença? A Emenda nº 8 que havia sido rejeitada, no meu parecer da CCJ ela foi acatada. Só a emenda nº 8. A diferença dos dois relatórios.

Acho que fica mais fácil para os colegas. Foi pela admissibilidade.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é só para destacar a Emenda nº 8.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acato a solicitação de V.Exa. a Emenda nº 8 já está destacada. Levando em consideração isso.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.762, de 2017.

Esta Presidência informa que serão necessários 13 votos favoráveis para aprovação do projeto.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o. Ressalvado o destaque: Emenda nº 8, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
7ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2017

PROJETO DE LEI Nº 1.762/2017 DATA: 31/10/2017
AUTORIA: (X) PODER EXECUTIVO
TURNO: 1º (X) 2º ( ) RED. FINAL ( )

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR				1		
3	CELINA LEÃO	PPS	1					
4	CHICO LEITE	REDE	1					
5	CHICO VIGILANTE	PT	1					
6	CLÁUDIO ABRANTES	SEM PARTIDO	1					
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD	1					
8	DELMASSO	PODEMOS	1					
9	JUAREZÃO	PSB	1					
10	JULIO CESAR	PRB	1					
11	LILIANE RORIZ	PTB				1		
12	LIRA	PHS	1					
13	LUZIA DE PAULA	PSB	1					
14	PROF. ISRAEL	PV	1					
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS	1					
18	RICARDO VALE	PT	1					
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD				1		
21	TELMA RUFINO	PROS	1					
22	WASNY DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB				1		
24	JOE VALLE	PDT	1					
	RESULTADO		19	0	0	5	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADO	
19	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
5	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
19	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADA TELMA RUFINO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 | 10 | 2017	15h04min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	75

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos favoráveis. Houve 5 ausências.

Está aprovado o projeto.

A matéria segue a tramitação regimental.

Esta Presidência informa que foi apresentado destaque da Emenda nº 8.

Em discussão a Emenda nº 8, destacada.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, como foi colocado aqui por vários colegas, acho que é uma preocupação de todos. Eu acho que é importante, é salutar que esta Casa aprove a emenda do Deputado Cláudio Abrantes, senão vamos dar novamente mais uma carta em branco para o governo gastar esse recurso de uma forma que a população não tem expectativa.

É isso, Sr. Presidente.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para orientar os Deputados no sentido de votar pela rejeição da emenda, tendo em vista exatamente isso, porque ela prejudica o projeto, desfigura o projeto ao estabelecer um novo texto para o artigo 1º.

Então, eu quero fazer um apelo aos colegas para que, depois de todo esse esforço, a gente vote pela rejeição da emenda.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a nossa emenda visa, primeiramente, dar a finalidade para o projeto que seja de uma solução ou de ajudar numa solução para a maior crise hídrica que nós sofremos nos últimos anos, nas últimas décadas. Então, o que a gente quer é preservar e garantir que esses recursos chegarão ao canal do Rodeador, ao canal do Santos Dumont, a outros canais ou a regiões adutoras que possam trabalhar na captação.

Então, nós estamos fazendo essa emenda nesse sentido. Além de tudo, ela pode, sim, naturalmente, promover a finalidade de preservação, manutenção dos mananciais, enfim, é esse o nosso objetivo. Porque se é Brasília Capital das Águas, qual é o foco principal do projeto? É a água. Então, temos que fazer isso, e por isso estamos apresentamos essa emenda.

Orientamos pela aprovação e contamos com os votos dos Deputados.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 | 10 | 2017	15h04min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	76

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para orientar a bancada do Partido dos Trabalhadores. Como não há consenso sobre a Emenda nº 8, a gente vai liberar a bancada.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok.

Eu quero dizer que, de verdade, quando foram trabalhados em discussão, desde o primeiro momento, esses recursos deveriam ter sido colocados na área rural para produção de água. Essa é a lógica quando eu falo Brasília Capital das Águas.

Então, quando eu faço esse processo e trabalho nesse formato...

Na realidade, seria um projeto de Estado, mostrando a importância de colocar recursos para a questão da água, levando em consideração tudo isso que nós estamos passando.

E, aproveita-se, então, a passagem desse veículo para subir e pegar uma carona para se fazer um projeto na orla do Lago Paranoá.

Então, realmente, no nosso entendimento, essa emenda é oportuna. No meu caso, um voto pessoal, eu vou votar a favor da emenda.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu agradeço ao Deputado Agaciel Maia por ter acatado a nossa emenda, mas, conforme disse V.Exa., o projeto não é para captação de água, é para cuidar dos mananciais; não é para fazer mais elefante branco na orla do Lago Paranoá.

Quem está frequentando a orla do Lago Paranoá? Quanto já foi gasto? Vão gastar quanto mais?

Portanto, eu vou votar, também, com a emenda do Deputado Cláudio Abrantes.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. Fico agradecido.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ainda para discutir, cabe apenas salientar que uma das implantações dessas ações na orla do Lago Paranoá, que é o Deck Sul, é inclusive muito questionado na Justiça. Há uma ação civil pública do Ministério Público do Distrito Federal contra o Deck Sul.

Então, isso só mostra que esse tipo de ação sem o devido plano de manejo vai, inclusive, sofrer consequências judiciais.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok.

Muito obrigado.

Passamos à leitura da Emenda Modificativa nº 8:

"Art.1º. O artigo 1º do Projeto de Lei nº 1.762 de 2017 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito externo com o Fundo Financeiro de Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA – ou com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com ou sem garantia da União, até o valor de US$ 41.100.000,00 (quarenta e um milhões e cem mil Dólares dos Estados Unidos da América) no âmbito do Programa Brasília Capital das Águas, com a exclusiva finalidade de promover a recuperação, implantação de adutoras, melhorias nos sistemas de captação e distribuição de água e adequação de áreas rurais para uso sustentável de água, obedecidas as demais prescrições legais aplicáveis à contratação de operação da espécie, em particular as disposições da Lei Complementam nº 101, de 04 de maio de 2000. Parágrafo único. Além da proibição contida no "caput" deste artigo é vedada a utilização de qualquer valor para a interligação, implantação e/ou revitalização de bens integrantes ou não do Programa Brasília Capital das Águas."

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam a emenda...

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu peço a V.Exa. a votação nominal da emenda.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, somente para corroborar a solicitação do Deputado Chico Vigilante para que a votação seja nominal.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é importante, na construção de acatarmos as emendas, inclusive a emenda do PT, no sentido de que houve toda essa construção. Nós apenas rejeitamos a Emenda nº 8 porque, inclusive, ela desconstrói as emendas que acatamos.

Então, quero fazer um apelo aos colegas, dos quais acatamos as emendas – apenas rejeitamos uma emenda, que foi a nº 8, porque desconstrói o projeto como um todo e, inclusive, desconstrói as emendas apresentadas –, é que votem "não", rejeitando a Emenda nº 8.

Essa é a orientação, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Eu acato a solicitação do Deputado Chico Vigilante e do Deputado Cláudio Abrantes para que a votação seja nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando a emenda; os que votarem "não" estarão rejeitando-a.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu quero fazer aqui uma discussão com o nosso Líder do Governo.

Eu fazia as contas aqui, Deputado Cláudio Abrantes, e nós temos 9 votos aqui no Plenário para aprovação da sua emenda. Então, significa que a maioria do Plenário, Sr. Presidente, entende que o projeto não está no formato que ele deveria estar para ser votado.

Eu acho que é de bom tom ou que V.Exa. não vote o segundo turno hoje, porque o projeto não tem consenso, demonstra claramente que a Casa está dividida, pois temos 9 Deputados, inclusive, que querem votar diferente do projeto no formato como o governo quer; ou também que o governo acate talvez a emenda do próprio PT, que pode ser reapresentada no segundo turno, que é a Emenda nº 4, que resolve o problema. Se esses Deputados votarem contrariamente ao projeto também... E aí eu já vou antecipar, se a emenda não for acatada, a do Deputado Cláudio Abrantes, vou votar contrariamente ao projeto. Não sei como é que o restante da Oposição vai votar, como o PT vai votar, mas o governo não terá também os 13 votos. Então, ele perderia também em votos.

Eu acho que os Parlamentares precisam entender a força que têm, a vontade de que esse projeto não passe no formato como ele está. A maioria da Casa está falando: "Olha, há um erro aqui!" São 8 Parlamentares que querem votar o projeto do jeito que está... Estou aqui com as nominatas, se V.Exa. quiser conferir, mas 9 querem o projeto com alteração. Se for o caso, Sr. Presidente, talvez uma obstrução, Deputado Prof. Reginaldo Veras, Deputado Rafael Prudente, talvez uma obstrução nossa, legítima, dos 9, porque, se obstruirmos a pauta, os 9, o projeto será rejeitado!

Então, essa é a proposta que faço aos 9 Deputados que estão aqui, que são contrários ao projeto, que façamos a obstrução dentro do plenário, porque a obstrução não pode contar para voto. E aí o governo também irá perder no projeto, na aprovação do projeto.

Acho que é muito importante o que estamos discutindo aqui, porque não é simplesmente: "Não, nós fomos derrotados na emenda, fomos derrotados e vamos embora". Nós estamos falando aqui, Sr. Presidente, de 200 milhões que vão ser investidos conforme os Deputados acreditam que não devem ser investidos.

Então, assim, acho que vale muito mais um bom acordo do governo com a bancada do PT, com a nossa bancada, com o Deputado Prof. Reginaldo Veras, com o Deputado Rafael Prudente, comigo e com o Deputado Raimundo Ribeiro do que uma obstrução legítima, porque pode acontecer uma obstrução.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Deputada Celina Leão apontou na direção do aprofundamento das negociações internas na Casa antes de ir para uma aferição. Em política, nem sempre se leva tudo, tanto cabe ao governo repensar como ao próprio Deputado Cláudio Abrantes. O bom senso indica que esse volume de recursos é extremamente importante para a cidade. Há de ficar clara a mensagem de qual é o direcionamento. O governo tem de fazer um debate mais aprofundado, e os Relatores também. Se for o caso, reconstrói-se a emenda com algumas particularidades que beneficie parte do projeto previsto na Emenda nº 8. É tempo de pensar antes de se tomar a decisão. V.Exa. tem sido mestre para nós nesse sentido, Deputado Joe Valle, porque tem sido um incansável batalhador para a aglutinação da maneira de pensar desta Casa.

Eu faço a ponderação para que não votemos hoje, mas amanhã, e reservemos parte da manhã de amanhã para podermos fazer as negociações.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deixa eu só fazer um esclarecimento.

A Deputada Celina Leão fez a colocação de que uma emenda que havia sido acatada, mas depois retirada em função de um acordo, poderia atender. Seria a Emenda nº 4, apresentada pelo Partido dos Trabalhadores. Ela poderia ser colocada em segundo turno e se prejudicaria a Emenda nº 8 aqui, até pela votação.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, houve todo um acordo para votarmos o PDAF, esse Projeto de Lei nº 1.762, hoje. Houve um acordo de Líderes e, depois, um segundo acordo reconfirmando isso. Nós estamos dentro de um processo de votação: nós já votamos o projeto e falta apenas votarmos uma emenda.

Temos outra questão, que é o tempo. Esse projeto volta, vai à Secretaria do Tesouro e ainda ao Senado para ser votado. Amanhã, nós já estaremos em novembro. Como V.Exa. disse, nós temos mais oito sessões, praticamente, efetivas nesta Casa. É uma questão de decidirmos. Nós já confirmamos, reconfirmamos, e estamos aqui até agora. São 19h38mim, vamos concluir a votação, Sr. Presidente. É essa a orientação.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito, Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para não dizer que somos intransigentes, eu estava conversando com o Deputado Cláudio Abrantes – e não o faria se não fosse acordado com ele – e topamos colocar a Emenda nº 4 no lugar da Emenda nº 8, e aprovar. O Deputado Cláudio Abrantes me autorizou a propor isso.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para confirmar realmente. Em primeiro turno, a gente topa fazer essa troca.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Só um minuto, Deputado Cláudio Abrantes.

Não pode. Nós vamos votar a Emenda nº 8. A Emenda nº 4 já foi retirada, ela seria apresentada em segundo turno. Agora, eu continuo a votação da Emenda nº 8 aqui no plenário, que será rejeitada. Aí, em segundo turno, se reapresenta a Emenda nº 4. Essa é a lógica.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós precisamos da palavra do Líder de Governo de que se votará a Emenda nº 4 em segundo turno.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Sem revisão do orador.) – Eu topo. Isso eu topo.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só mudando um pouquinho de assunto. Eu entrei agora com um recurso sobre a questão do PDAF. Eu queria solicitar a V.Exa. que pudesse ler para que pudéssemos submeter à votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Eu acato a solicitação. A leitura ficará para depois da votação.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Emenda nº 4 é a mesma coisa, ela desfigura o artigo primeiro do projeto. É a mesma coisa de não aprovar o projeto, porque inviabiliza. A votação no Senado tem que acontecer no máximo antes do recesso. Então, a gente vai desperdiçar esse dinheiro que está aí para ser utilizado em benefício da população. Eu quero fazer um apelo aos colegas exatamente sobre isso. Houve os acordos, nós ficamos aqui, votamos o PDAF invertendo o segundo turno, e tudo que foi solicitado nós acatamos.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito, Deputado Agaciel Maia. A gente só está buscando um entendimento.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (REDE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu ia chamar a atenção para a boa iniciativa da Deputada Celina Leão, para a compreensão do Deputado Wasny de Roure, que foi presidente da Casa, e entendo o Deputado Cláudio Abrantes naquilo em que foca. Agora nós estamos em momento de votação, num procedimento formal, aberto, roteirizado pelo Regimento Interno, que especificamente visa à votação do destaque. Se houver entendimento das partes, tudo bem. Se não houver, não dá para fazer modificações. Teremos que ir direto para a votação, "sim" ou "não" quanto ao destaque. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu acho que são importantes as nossas colocações. É um projeto muito sensível, todos nós precisamos entender o que está acontecendo, e eu queria deixar alguns itens para reflexão dos colegas. Nós estamos vivendo, Sr. Presidente, quatro dias de racionamento nas regiões administrativas. Nós estamos vivendo isso, e o Estado está recebendo – nós estamos pagando – taxa de contingência. Nós estamos com reservatórios baixos, e vamos votar um projeto com quase 70% de investimento para a orla? É esse o questionamento que muitas vezes estou fazendo aos colegas.

Quando a gente pede ao Deputado Agaciel Maia para fazer uma reanálise, é claro que o governo tem intenção de aprovar o projeto como ele quer, mas é por isso que existe o Poder Legislativo, Sr. Presidente. Há até o termo *checks and balances*. O nosso Deputado sabe disso porque é jurista. São freios e contrafreios, justamente para o Executivo não fazer o que quer, mas para que a gente possa fazer a vontade da

população, Sr. Presidente. Então, eu faço esse apelo. Por que levantei essa questão no momento da discussão do destaque? Porque isso vai influenciar o projeto inteiro.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito, Deputada Celina Leão.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PSD. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, somente quero expor à Deputada Celina Leão que a orla está depredada. O trator passou e foi desobstruída. Com o projeto, ele vai urbanizar a orla, vai recuperar a orla. Isso tem que ficar claro, para que nós tenhamos entendimento.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, depois dessa fala do Deputado Cristiano Araújo, que é da Base do Governo, eu queria chamar a atenção dos Deputados. Vejam bem, o governo mente. Vai lá, diz que fez a desobstrução do lago. Virou um troço lá que ninguém pode andar naquela porcaria. E agora vem mentir, dizendo que está pegando dinheiro para captar água. Água de quem? Está pegando o dinheiro exatamente para consertar – não dá para dizer o que eu gostaria de dizer neste momento. Fez a porcaria toda, e agora quer que a gente o autorize a captar recursos para consertar o mal feito? Um negócio que não tinha necessidade nenhuma de ter sido feito. Sinceramente, não dá. Aí vem os ambientalistas: "Está-se defendendo o meio ambiente". Meio ambiente de quem? Não é nem dos grilos, porque até eles desapareceram de lá. Portanto, Sr. Presidente, agora é que eu não voto mesmo. Voto com o Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu quero fazer uma observação. Deputado Cristiano Araújo, tenho o maior respeito por V.Exa., mas trazer ao plenário que o governo depredou a orla, e agora ele quer usar esse recurso para reorganizá-la, dizem que o pior da sacanagem é a explicação. É realmente isso que a gente percebe nesta noite adentro. Sr. Presidente, é para isso que quero chamar a atenção dos colegas. Eu acho que, com um pouco de flexibilidade, com o governo acatando esse pedido que nós estamos fazendo aqui, ele vai captar os recursos.

Deputado Cristiano Araújo, a Emenda nº 4, eu pude lê-la porque fui relatora. Ela não veda que se invista na orla, só coloca que tem que ser em mananciais. Nada impede também, Sr. Presidente – o Deputado Agaciel Maia é uma pessoa super sensata –, que escrevamos, liderados pela bancada do PT, uma emenda de segundo turno para deixar os Parlamentares mais tranquilos, e esse investimento seja realmente para evitar o racionamento de água.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Apenas peço a V.Exa. que a gente possa votar.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito. Vou colocar em votação.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quanto mais se discute, mais confuso eu fico. Eu queria saber se esse projeto é para consertar a besteira feita na orla, ou é para captar água. Pelo que eu saiba, a cidade está morrendo de sede. Pelo que eu entendi, é para consertar as besteiras feitas pelo governador lá na orla. É isso mesmo? Então, se é, já antecipo meu voto. Não voto em besteira, muito menos praticada pelo Rodrigo Sobral Rollemberg.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Vamos para o processo de votação. Acatando o pedido do Deputado Chico Vigilante e do Deputado Cláudio Abrantes, a votação será nominal.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nós estamos votando o destaque?

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Destaque.

Continua em discussão a Emenda nº 8, destacada. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão favoráveis à Emenda nº 8, destacada; os que votarem "não" estarão rejeitando-a.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu que não vou consertar a besteira que os outros fazem. Voto "sim", com a emenda do Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Baseado exclusivamente no parecer técnico produzido pela minha assessora Patrícia Duboc, que manda em mim nesse assunto, voto "não".

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Colocando-me como um futuro pertencente a um partido que defende a ecologia, essas coisas todas, eu voto "sim", contra as besteiras do governador.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
7ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2017

PROJETO DE LEI Nº 1.762/2017 1 º TURNO DATA: 31/10/2017
VOTAÇÃO DA EMENDA Nº 8, DESTACADA

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR		1				
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR				1		
3	CELINA LEÃO	PPS	1					
4	CHICO LEITE	REDE		1				
5	CHICO VIGILANTE	PT	1					
6	CLÁUDIO ABRANTES	SEM PARTIDO	1					
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD		1				
8	DELMASSO	PODEMOS		1				
9	JUAREZÃO	PSB		1				
10	JULIO CESAR	PRB		1				
11	LILIANE RORIZ	PTB				1		
12	LIRA	PHS		1				
13	LUZIA DE PAULA	PSB		1				
14	PROF. ISRAEL	PV		1				
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		1				
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS	1					
18	RICARDO VALE	PT		1				
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD				1		
21	TELMA RUFINO	PROS		1				
22	WASNY DE ROURE	PT		1				X
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB				1		
24	JOE VALLE	PDT	1					
	RESULTADO		6	13	0	5	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO EMENDA REJEITADA	
6	VOTOS SIM
13	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
5	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
19	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADA TELMA RUFINO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	**Horário Início**	**Sessão/Reunião**	**Página**
31 | 10 | 2017	15h04min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	85

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 6 votos favoráveis, 13 votos contrários. Houve 5 ausências.

Está rejeitada.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure para declaração de voto.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na reunião de líderes de ontem e na anterior, nós nos debruçamos sobre o projeto e assumimos o compromisso com as modificações que foram acertadas na reunião. Por isso, eu não posso desonrar o compromisso que havia assumido lá. Esse é o motivo do meu voto "não" à referida emenda.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – *Ok*, Deputado Wasny de Roure.

De acordo com a apresentação do Requerimento nº 3.117, de 2017, convoco as Sras. e os Srs. Deputados para a sessão extraordinária com início imediato após esta sessão ordinária para discussão e votação do item extrapauta: discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei 1.762, de 2017.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Presidente, é sobre um requerimento de uma sessão que vai acontecer no dia 6. Eu peço que seja votado, senão não vai dar para fazer... É o Requerimento nº 3.113, de 2017.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Ricardo Vale, eu vou fazer a leitura desse requerimento, porque os requerimentos...

DEPUTADO RICARDO VALE – Ele já foi lido. Só peço que seja votado, senão não vai dar tempo. Será na segunda-feira.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Votaremos em bloco os requerimentos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão ordinária.

(Levanta-se a sessão às 19h52min.)